UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional

Débora de Cássia Carvalho

Ordenamento territorial e áreas protegidas: proposta para a Pedra do Pedrão, em Pedralva - MG.

Juiz de Fora
2026

Débora de Cássia Carvalho

Ordenamento territorial e áreas protegidas: proposta para a Pedra do Pedrão, em Pedralva - MG.

Trabalho de Conclusão de Curso da “Especialização de Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título “Especialista em Turismo e Desenvolvimento Regional”.

Orientador: Marcelo Ferreira Trezza Knop Dsc.

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Débora de Cássia.
Ordenamento territorial e áreas protegidas: proposta para a Pedra do Pedrão, em Pedralva - MG. : Ordenamento territorial e áreas protegidas: proposta para a Pedra do Pedrão, em Pedralva - MG. / Débora de Cássia Carvalho. -- 2026.
66 p. : il.

Orientador: Marcelo Ferreira Trezza Knop Dsc
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, CEAD- Centro de Educação à Distância. Especialização em Gestão Publica de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. Ordenamento territorial. 2. Paisagem cultural. 3. Turismo sustentável. 4. Patrimônio Cultural. I. Ferreira Trezza Knop Dsc, Marcelo , orient. II. Título.

Débora de Cássia Carvalho

Ordenamento territorial e áreas protegidas: proposta para a Pedra do Pedrão, em Pedralva - MG.

Trabalho de Conclusão de Curso da "Especialização de Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional", da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título "Especialista em Turismo e Desenvolvimento Regional".

Aprovada em 27 de Março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

_____

Marcelo Ferreira Trezza Knop Dsc.- Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Altair Sancho Pivoto
Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre foram fonte de amor, inspiração e apoio. Estiveram ao meu lado em cada passo dessa caminhada, tornando possível a realização de mais uma conquista. Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado de uma trajetória construída com o apoio e o incentivo de muitas pessoas. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Sebastião de Lima Carvalho e Maria Francisca Carvalho, que, mesmo sem terem tido a oportunidade de concluir o ensino médio, sempre me ensinaram que a educação é um dos bens mais importantes da vida. Com muito esforço, cuidado e exemplo, nunca permitiram que eu desistisse dos meus estudos, incentivando minha caminhada desde a graduação até a especialização e os próximos títulos que ainda virão. Aos meus irmãos meu namorado e meus amigos, agradeço pelo apoio, companheirismo e incentivo ao longo desse percurso. Expresso também minha gratidão ao meu orientador, Marcelo Ferreira Trezza Knop, pela orientação, dedicação e confiança durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço ainda a todas as pessoas que contribuíram respondendo à pesquisa e compartilhando suas percepções, bem como a todos que reconhecem o potencial do bairro Pedrão e do Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão. Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, carregam um pedacinho de Pedralva dentro de si. Que reconhecem em suas paisagens, em suas memórias e em sua cultura, motivos para cuidar, preservar e sonhar.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia.” (ROSA, 1956)

RESUMO

O ordenamento territorial constitui instrumento fundamental para a gestão sustentável de áreas dotadas de relevância ambiental, cultural e paisagística, especialmente quando submetidas ao crescimento do uso publico e do turismo. Nesse contexto, o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, localizado no município de Pedralva, Minas Gerais, destaca-se como patrimônio cultural tombado e importante referência simbólica e turística regional. Contudo, apesar do reconhecimento institucional, a área apresenta fragilidades relacionadas à ausência de diretrizes específicas de uso e gestão, o que pode comprometer tanto a conservação do patrimônio quanto o aproveitamento sustentável de seu potencial turístico. O presente trabalho tem como objetivo propor um Plano de Ordenamento Territorial para a Pedra do Pedrão, visando contribuir para a conservação ambiental, a valorização da paisagem cultural e a requalificação do uso público da área. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de instrumentos legais e de planejamento territorial, além da caracterização da área de estudo a partir de dados secundários e análises territoriais disponíveis. O estudo contempla a identificação das características ambientais e paisagísticas do local, a análise dos usos atuais e das pressões existentes, bem como a avaliação dos instrumentos de gestão e proteção territorial estruturada em diretrizes de conservação, uso público e gestão participativa, além da definição de zonas de proteção e uso controlado, visando compatibilizar a preservação ambiental, turismo sustentável e interesses locais. Os resultados indicam que a adoção de um plano de ordenamento territorial pode contribuir para a redução de conflitos de uso, fortalecimento da governança local e promoção de práticas turísticas compatíveis com a conservação do patrimônio natural e cultural. Conclui-se que o ordenamento territorial constitui como ferramenta estratégica para orientar o uso sustentável da Pedra do Pedrão, contribuindo para sua preservação e para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que oferece subsídios técnicos que podem apoiar futuras ações de planejamento e gestão territorial no município.

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Paisagem cultural. Turismo sustentável. Patrimônio .

ABSTRACT

Territorial planning constitutes a fundamental instrument for the sustainable management of areas endowed with environmental, cultural, and landscape relevance, especially when subjected to the growth of public use and tourism. In this context, the Pedra do Pedrão Landscape Complex, located in the municipality of Pedralva, Minas Gerais, stands out as a listed cultural heritage site and an important symbolic and regional tourist reference. However, despite institutional recognition, the area presents weaknesses related to the absence of specific guidelines for use and management, which may compromise both the conservation of the heritage and the sustainable use of its tourism potential. This study aims to propose a Territorial Planning Plan for Pedra do Pedrão, seeking to contribute to environmental conservation, the valorization of the cultural landscape, and the requalification of public use of the area. The research is based on a qualitative approach, grounded in bibliographic review and documentary analysis of legal and territorial planning instruments, as well as the characterization of the study area through secondary data and available territorial analyses. The study includes the identification of the site's environmental and landscape characteristics, the analysis of current uses and existing pressures, and the evaluation of management and protection instruments. Based on these analyses, a territorial planning proposal was structured, including guidelines for conservation, public use, and participatory governance, in addition to the definition of protection zones and controlled-use areas aimed at reconciling environmental preservation, sustainable tourism, and local interests. The results indicate that the adoption of a territorial planning plan can contribute to the reduction of land-use conflicts, the strengthening of local governance, and the promotion of tourism practices compatible with the conservation of natural and cultural heritage. It is concluded that territorial planning constitutes a strategic tool to guide the sustainable use of Pedra do Pedrão, contributing to its preservation and to local development, while also providing technical support for future territorial planning and management actions in the municipality.

Keywords: Territorial planning. Cultural landscape. Sustainable tourism. Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista de parte de Pedralva ao fundo Pedra do Pedrão …….....32
Figura 2 – Vista panorâmica da Pedra do Pedrão na paisagem regional 33
Figura 3 – Mapeamento das vias de escaladas e acessos 34
Gráfico 1 – Frequência de visitação à Pedra do Pedrão 38
Gráfico 2 – Principais motivações de visita ao Conjunto Paisagístico 38
Gráfico 3 – Percepção da importância da Pedra do Pedrão para o município 39
Gráfico 4 – Avaliação do nível de organização atual do local 40
Gráfico 5 – Percepção da necessidade de melhorias na área 41
Gráfico 6 – Principais problemas identificados pelos usuários 42
Gráfico 7 – Avaliação das condições de acesso à Pedra do Pedrão …….....44
Gráfico 8 – Infraestruturas consideradas prioritárias para qualificação da área ..45
Gráfico 9 – Percepção sobre os potenciais benefícios do turismo para o município ……..…….46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
LMA	Limites de Mudança Aceitável
ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZUPC	Zona de Uso Público Controlado
ZAS	Zona de Apoio e Serviços
TBC	Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 REFERENCIAL TEÓRICO 15

2.1 ORDENAMENTO TERRITORIAL: CONCEITOS E ABORDAGENS 16

2.1.1 Conceitos de território e ordenamento territorial 17

2.1.2 O ordenamento territorial brasileiro 18

2.2 ÁREAS PROTEGIDAS E CONJUNTOS PAISAGÍSTICOS 19

2.2.1 Conceito de áreas protegidas (SNUC e outras categorias) 20

2.2.2 Paisagem cultural e paisagem natural 21

2.2.3 Conjuntos paisagísticos como instrumento de proteção e valorização territorial.....21

2.3 GOVERNANÇA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL 22

2.3.1 Governança ambiental e territorial 23

2.3.2 Instrumentos participativos (conselhos, audiências, pactos territoriais) 24

2.3.3 Conflitos de uso e gestão em áreas protegidas 24

2.4 USO PÚBLICO, TURISMO E CONSERVAÇÃO 25

2.4.1 Uso público em áreas naturais 26

2.4.2 Turismo sustentável e ecoturismo 26

2.4.3 Riscos e potencialidades do turismo em áreas protegidas 27

3 METODOLOGIA 29

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA 29

3.2 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS 29

3.3 ÁREA DE ESTUDO 30

4 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA PEDRA DO PEDRÃO 31

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA 31

4.2 VALOR CULTURAL, SOCIAL E SIMBÓLICO 34

4.3 USOS ATUAIS E CONFLITOS 36

5 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO ...37

5.1 PERFIL DE USO E FREQUÊNCIA DE VISITAÇÃO 37

5.2 MOTIVAÇÕES DE VISITA E DINÂMICA DE USO 38

5.3 RECONHECIMENTO DO VALOR TERRITORIAL DO LOCAL 39

5.4 AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ATUAL 40
5.5 PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE INTERVENÇÕES.....41
5.6 PROBLEMAS PRIORITÁRIOS IDENTIFICADOS.....42
5.7 CONDIÇÕES DE ACESSO AO LOCAL.....43
5.8 INFRAESTRUTURAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS 44
5.9 PERCEPÇÃO SOBRE O POTENCIAL TURÍSTICO.....45
5.10 SÍNTESE DIAGNÓSTICA E IMPLICAÇÕES PARA O ORDENAMENTO.... 47
6 PROPOSTA DE PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA A PEDRA DO PEDRÃO 48
6.1 OBJETIVOS DO PLANOS 48
6.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....49
6.3 DIRETRIZES DE ZONEAMENTO TERRITORIAL 49
6.3.1 Zona de Preservação Ambiental (ZPA) 49
6.3.2 Zona de Uso Público Controlado (ZUPC).....50
6.3.3 Zona de Apoio e Serviços (ZAS).....51
6.4 DIRETRIZES DE GESTÃO E GOVERNANÇA 52
6.5 DIRETRIZES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL 52
6.6 SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 53
6.7 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E CRONOGRAMA 53
7 CONCLUSÃO 55
REFERÊNCIAS 57
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO PEDRA DO PEDRÃO.....62

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento territorial constitui um dos principais instrumentos de planejamento e gestão do espaço, fundamental para articulação entre a conservação ambiental, a proteção do patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico. Conforme destaca Santos (2006), o espaço geográfico resulta da interação entre sistemas naturais e ações humanas, demandando abordagens integradas para lidar com a complexidade dos usos territoriais. No cenário brasileiro, a ausência de diretrizes claras de ordenamento tem contribuído para a degradação de áreas naturais e culturais, especialmente aquelas com expressivo potencial turístico.

Nesse contexto, as áreas protegidas e os conjuntos paisagísticos assumem papel estratégico por concentrarem valores históricos e identitários. A compreensão da paisagem como construção social (Unesco, 2011) reforça a necessidade de considerar esses espaços além de sua materialidade. Contudo, como argumenta Choay (2001), instrumentos formais de proteção, como o tombamento, não garantem a conservação efetiva se desacompanhados de mecanismos operacionais de gestão e controle do território.

O Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, em Pedralva (MG), exemplifica essa realidade. Embora tombado e reconhecido por seu valor simbólico e atratividade turística, o bem carece de diretrizes específicas de uso e ocupação. Essa lacuna normativa gera insegurança institucional e favorece conflitos de uso, fragilizando a mediação entre os diferentes interesses incidentes sobre o espaço (Raffestin, 1993). Diante dessa problemática, surge a seguinte questão: de que maneira um Plano de Ordenamento Territorial pode contribuir para compatibilizar a conservação do patrimônio da Pedra do Pedrão com as demandas de uso público e turismo sustentável?

A justificativa para esse estudo reside na necessidade de ultrapassar o caráter meramente declaratório do tombamento, transformando o reconhecimento legal em gestão prática. A literatura sobre governança territorial (Milani; Arturi, 2016) ressalta que processos integrados são essenciais para qualificar a gestão de áreas de interesse coletivo. Assim, esta pesquisa justifica-se pela relevância de oferecer subsídios técnicos que auxiliem as políticas públicas municipais a conciliar preservação, turismo e desenvolvimento regional.

Diante desse cenário, torna-se necessário avançar de um diagnóstico crítico para a proposição de instrumentos capazes de qualificar a gestão territorial do local. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é propor um Plano de Ordenamento Territorial para o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, visando à conservação ambiental, à valorização da paisagem e à qualificação do uso público. Para alcançar tal propósito, o estudo estrutura-se a partir do diagnóstico socioambiental da área seguido pela análise detalhada dos instrumentos de proteção vigentes e pela posterior proposição de diretrizes de zoneamento e gestão participativa.

Espera-se, portanto, que as diretrizes propostas não apenas preencham a lacuna normativa identificada, mas que também sirvam como subsídio técnico para o fortalecimento das políticas públicas locais, promovendo um modelo de gestão que equilibre a salvaguarda da memória e do ecossistema com o desenvolvimento turístico regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho constitui a base conceitual que orienta a análise e a proposta de ordenamento territorial para o Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão. Conforme destaca Severino (2017), a fundamentação teórica é responsável por sustentar as interpretações da pesquisa, fornecendo os conceitos e categorias analíticas que estruturam a compreensão do objeto de estudo. Nesse sentido, esta seção reúne contribuições acadêmicas e normativas relacionadas à organização do território, à proteção da paisagem, à governança territorial e ao uso público de áreas de relevância ambiental e cultural.

A fundamentação organiza-se a partir de uma progressão temática que parte de conceitos mais amplos e estruturantes, como território e ordenamento territorial, avançando gradualmente para abordagens mais específicas relacionadas às áreas protegidas, à paisagem cultural, à governança e às dinâmicas de uso público e turismo. Essa organização busca sustentar a compreensão do território como resultado de relações sociais, culturais e ambientais, exigindo instrumentos de gestão capazes de conciliar preservação e desenvolvimento local.

Inicialmente, discutem-se os conceitos de território e as abordagens do ordenamento territorial como ferramentas de planejamento e gestão integrada, fundamentais para organizar os usos do espaço e mediar interesses sociais, econômicos e ambientais. Em seguida, a análise converge para a especificidade das áreas protegidas e dos conjuntos paisagísticos, estabelecendo bases conceituais relacionadas ao patrimônio e à paisagem cultural como elementos estruturadores do território.

O terceiro eixo aborda a governança territorial e a participação social, elementos indispensáveis para a viabilidade política e social de qualquer plano territorial, destacando a importância da gestão compartilhada e do envolvimento das comunidades locais. Por fim, examinam-se as dinâmicas de uso público e turismo, identificando os desafios e potencialidades de compatibilizar a visitação com a integridade ambiental e cultural da área estudada.

Essa base conceitual permite compreender a Pedra do Pedrão não apenas como um elemento físico da paisagem, mas como um território complexo, carregado de valores culturais, ambientais e simbólicos, cuja gestão demanda ações articuladas

e participativas voltadas ao uso sustentável e à preservação de seus atributos naturais e culturais.

2.1 ORDENAMENTO TERRITORIAL: CONCEITOS E ABORDAGENS

A compreensão do ordenamento territorial constitui etapa fundamental para a análise das dinâmicas de uso e ocupação do espaço, especialmente em territórios que apresentam relevância ambiental e paisagística. Esse campo de estudo reúne conceitos e instrumentos voltados à organização do território, buscando conciliar interesses sociais, econômicos e ambientais por meio do planejamento e da gestão integrada do espaço (Moraes, 2005; Becker, 2007). Nessa perspectiva, o ordenamento territorial ultrapassa a dimensão meramente normativa do uso do solo, configurando-se como um processo estratégico de intervenção pública que orienta a ocupação do território de forma racional e sustentável.

O conceito de território, por sua vez, deve ser compreendido como uma construção social resultante da interação entre relações de poder, práticas sociais e condicionantes naturais. Para Santos (2006), o território é indissociável das ações humanas que nele se desenvolvem, sendo simultaneamente suporte físico e produto das relações socioespaciais. Complementarmente, Haesbaert (2004) enfatiza a multidimensionalidade do território, destacando sua dimensão política, simbólica e funcional, o que reforça a necessidade de abordagens integradas no planejamento territorial.

No contexto do ordenamento territorial, diversos autores apontam que sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, instrumentos legais e participação social. Segundo Becker (2007), o ordenamento deve ser entendido como um processo contínuo de regulação e negociação entre diferentes agentes, visando reduzir conflitos de uso e promover o desenvolvimento territorial equilibrado. Moraes (2005) acrescenta que, no Brasil, o ordenamento territorial ainda enfrenta desafios relacionados à fragmentação institucional, à sobreposição de competências e à limitada integração entre planejamento urbano, ambiental e regional.

Nesse sentido, este tópico apresenta os principais conceitos relacionados ao território e ao ordenamento territorial, destacando ainda os desafios e avanços observados no contexto brasileiro. A discussão fornece a base conceitual necessária

para compreender a importância do planejamento territorial como instrumento de mediação de conflitos e promoção do uso sustentável do território.

2.1.1 **Conceitos de território e ordenamento territorial**

O conceito de território ultrapassa a compreensão estritamente física do espaço, sendo entendido como uma construção social marcada por relações de poder, apropriação, identidade e uso. Para Raffestin (1993), o território resulta da ação humana sobre o espaço, mediada por relações de poder estabelecidas entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, o território é produzido e constantemente transformado a partir de interesses econômicos, culturais, políticos e simbólicos.

Santos (2006) contribui para essa compreensão ao definir o território como o espaço usado, resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Tal perspectiva permite analisar o território não apenas como o suporte físico, mas como elemento ativo nos processos de desenvolvimento, conservação e conflito. Nesse contexto, o ordenamento territorial emerge como instrumento estratégico para organizar os usos do espaço, conciliando interesses divergentes e buscando equilíbrio entre desenvolvimento e preservação (Moraes, 2005; Backer, 2007). Para Moraes (2005), o ordenamento territorial consiste em um conjunto articulado de políticas públicas voltadas à regulação da ocupação e ao direcionamento do desenvolvimento espacial.

O planejamento do uso do solo pode ser entendido como um conjunto de estratégias e instrumentos voltados à organização do espaço geográfico, orientando a ocupação e utilização do território de forma integrada, sustentável e equitativa (Brasil, 2000; OECD, s.d.) Trata-se de um processo contínuo que envolve elaboração de planos, gestão pública e participação social, considerando as particularidades ambientais, culturais e socioeconômicas de cada região (Milani; Arturi, 2016; Santos, 2006).

Nesse contexto, o planejamento territorial conecta-se à ideia de governança territorial, pois requer a cooperação entre poder público, sociedade civil e agentes institucionais, visando à construção coletiva de estratégias de desenvolvimento (Milani; Arturi, 2016; Santos, 2006). Além disso, a incorporação de aspectos culturais e patrimoniais ao planejamento contribui para a valorização das identidades locais,

conforme discutido por Choay (2001), Graham, Ashworth e Tunbridge (2000) e pelas diretrizes internacionais da UNESCO (1992).

No contexto brasileiro, o planejamento territorial também se relaciona à criação e gestão de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000), destacando a necessidade de equilibrar preservação ambiental, uso sustentável dos recursos e desenvolvimento territorial (Silva; Ferreira, s.d.; Brasil, 2000).

2.1.2 **O ordenamento territorial brasileiro**

Já em termos de ordenamento territorial, o país enfrenta desafios históricos relacionados à ocupação desordenada do solo, à fragilidade institucional e aos conflitos entre interesses econômicos e ambientais. A falta de integração entre políticas sociais, como meio ambiente, turismo, cultura e desenvolvimento urbano, compromete a efetividade das ações territoriais. Conforme observa Moraes (2005), o processo de organização territorial brasileiro ocorreu de forma marcada por descontinuidades institucionais e forte setorialização das políticas públicas, o que ainda hoje dificulta a consolidação de uma política integrada. Nesse mesmo sentido, Becker (2007) destaca que a dinâmica de ocupação do território nacional foi historicamente orientada por interesses econômicos e geopolíticos, muitas vezes dissociados de estratégias de planejamento de longo prazo.

Apesar dessas dificuldades, observa-se avanço no arcabouço institucional e normativo das últimas décadas, com a consolidação de legislação voltada à preservação ambiental e cultural em nível nacional e internacional (UNESCO, 1992; Brasil, 2000). No plano urbano a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) representaram marcos importantes ao introduzirem instrumentos voltados à função social da propriedade e à gestão democrática das cidades, fortalecendo o papel do planejamento territorial municipal. A experiência brasileira demonstra que a gestão territorial é essencial para a administração de áreas protegidas, especialmente em regiões submetidas à pressão de atividades turísticas e econômicas, como ocorre em áreas de relevante valor paisagístico e cultural (Silva; Ferreira, s.d.; Graham; Ashworth; Tunbridge, 2000).

Nesses contextos, o planejamento territorial integrado contribui para conciliar a preservação ambiental, valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (Choay, 2001; Santos, 2006). Entretanto, como ressalta Dallabrida (2011), a existência de instrumentos legais não garante, por si só, a efetividade do ordenamento territorial, sendo necessária a articulação entre diferentes níveis de governo e a participação ativa da sociedade civil. De forma complementar, Diegues (2004) enfatiza que a gestão de áreas de interesse ambiental deve considerar as dinâmicas sociais e os usos tradicionais do território, evitando abordagens exclusivamente normativas e pouco sensíveis à realidade local.

Dessa forma, embora o Brasil tenha avançado no campo normativo, persistem desafios relacionados à integração institucional, à capacidade de implementação e à construção de modelos de governança territorial mais participativos e adaptativos, especialmente em áreas que, como a Pedra do Pedrão, concentram valores ambientais, culturais e turísticos simultaneamente.

2.2 ÁREAS PROTEGIDAS E CONJUNTOS PAISAGÍSTICOS

A proteção de áreas dotadas de relevância ambiental e cultural constitui um pilar estratégico do planejamento territorial, especialmente em regiões onde a densidade simbólica converge com o potencial de uso público e turístico. Nesse cenário, a compreensão dos marcos conceituais que definem as áreas protegidas e os conjuntos paisagísticos torna-se indispensável para formulação de estratégias capazes de conciliar a conservação ecossistêmica, a salvaguarda patrimonial e o desenvolvimento local sustentável (Morsello, 2001; Medeiros, 2006).

Este tópico apresenta, inicialmente, as categorias de áreas protegidas no ordenamento jurídico brasileiro, discutindo, na sequência, as interações entre as noções de paisagem natural e paisagem cultural. Por fim, examina-se o papel dos conjuntos paisagísticos como instrumentos de valorização e proteção integrada do território. Tal fundamentação oferece o suporte teórico necessário para interpretar o Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão como um patrimônio híbrido, natural e cultural, que demanda mecanismos específicos de ordenamento e gestão.

Em diálogo com a discussão sobre ordenamento territorial apresentada anteriormente, observa-se que a efetividade das políticas territoriais depende da incorporação de instrumentos de proteção capazes de reconhecer a complexidade

socioambiental dos espaços. Nesse sentido, as áreas protegidas e os conjuntos paisagísticos emergem como categorias fundamentais para operacionalizar, no território, os princípios do planejamento integrado.

2.2.1 **Conceito de áreas protegidas (SNUC e outras categorias)**

As áreas protegidas são espaços territoriais instituídos com o objetivo de conservar a biodiversidade, proteger recursos naturais e preservar valores culturais associados ao território. No Brasil, a Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), organizando essas áreas em duas grandes categorias: Unidades de Proteção Integral, voltadas à preservação dos ecossistemas com uso indireto dos recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável, que permitem a exploração controlada dos recursos, desde que compatível com sua conservação (BRASIL, 2000).

A literatura especializada destaca que as unidades de conservação representam instrumentos centrais da política ambiental brasileira, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e para a regulação do uso do território (Medeiros, 2006; Morsello, 2001). Além disso, conforme enfatiza Diegues (2004), a criação de áreas protegidas deve considerar as populações locais e suas formas tradicionais de uso, evitando conflitos socioambientais e promovendo modelos de conservação socialmente inclusivos.

Além das categorias previstas pelo SNUC, existem outras formas de proteção territorial, como áreas tombadas por seu valor histórico, cultural e paisagístico, reconhecidas por legislações estaduais ou municipais (IPHAN, 2010; SCIFONI, 2016). Embora o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão não esteja formalmente enquadrado como unidade de conservação federal, sua condição de patrimônio tombado confere-lhe caráter de área protegida, exigindo instrumentos específicos de ordenamento territorial compatíveis com suas características naturais e culturais. Nesse sentido, a proteção do local ultrapassa a dimensão ambiental, envolvendo também a preservação da paisagem e da identidade territorial associada ao espaço (SCIFONI, 2016).

Essa ampliação do conceito de proteção territorial reforça a necessidade de abordagens integradas, capazes de articular conservação ambiental, gestão do patrimônio e planejamento do uso público.

2.2.2 **Paisagem cultural e paisagem natural**

A noção de paisagem passou, ao longo do tempo, de uma interpretação predominantemente estética para uma compreensão integrada entre natureza e cultura (Berque, 1998; Cosgrove, 2004). A UNESCO (1992) define paisagens culturais como aquelas resultantes da interação contínua entre sociedade e meio natural, expressando valores históricos, simbólicos e identitários construídos ao longo do tempo.

Choay (2001) destaca que o patrimônio, incluindo as paisagens, não deve ser compreendido apenas como objeto de conservação estática, mas como elemento vivo, inserido em dinâmicas sociais e territoriais em constante transformação. Dessa forma, a paisagem passa a ser entendida como produto das relações entre comunidades e ambiente natural, incorporando práticas produtivas, culturais e simbólicas.

Autores como Berque (1998) e Cosgrove (2004) reforçam que a paisagem constitui uma construção cultural mediada pela percepção social e pelas formas de apropriação do espaço, o que amplia sua relevância para o planejamento territorial. Nesse contexto, a distinção entre paisagem natural e paisagem cultural torna-se progressivamente menos rígida, especialmente em territórios rurais e tradicionais (SCIFONI, 2016), como o entorno da Pedra do Pedrão, onde atividades humanas e elementos naturais coexistem e constroem conjuntamente a identidade territorial.

Dessa forma, compreender a paisagem como categoria híbrida torna-se fundamental para orientar estratégias de ordenamento que não se limitem à proteção ecológica, mas incorporem também valores simbólicos e culturais.

2.2.3 **Conjuntos paisagísticos como instrumento de proteção e valorização territorial**

Os conjuntos paisagísticos configuram-se como instrumentos relevantes para a proteção integrada do território, pois permitem considerar simultaneamente dimensões ambientais, culturais, históricas e simbólicas da paisagem. Diferentemente de proteções pontuais voltadas para monumentos ou áreas isoladas, os conjuntos

paisagísticos abrangem porções mais amplas do território, reconhecendo a paisagem como sistema complexo e interdependente (SCIFONI, 2016; IPHAN, 2010).

Segundo Graham, Ashworth e Tunbridge (2000), a valorização do patrimônio territorial está associada a disputas de poder, interesses econômicos e processos de construção de identidades coletivas. Assim, a proteção de conjuntos paisagísticos deve estar vinculada a estratégias de ordenamento territorial que promovam o uso sustentável do território, a inclusão social e o fortalecimento das identidades locais.

Complementarmente, Scifoni (2016) ressalta que a abordagem paisagística integrada permite superar visões fragmentadas de proteção, favorecendo modelos de gestão que articulam patrimônio, planejamento e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, a valorização de paisagens protegidas pode contribuir para o desenvolvimento local, especialmente quando associada a práticas de turismo sustentável e uso público planejado, garantindo que a conservação ambiental e cultural seja compatível com as necessidades sociais e econômicas das comunidades envolvidas.

Por conseguinte, a incorporação dos conjuntos paisagísticos ao ordenamento territorial representa estratégia promissora para qualificar a gestão de áreas de elevado valor simbólico, como a Pedra do Pedrão.

2.3 GOVERNANÇA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A crescente complexidade dos processos de uso e ocupação do território têm evidenciado a insuficiência de modelos tradicionais de gestão centralizada, especialmente em áreas dotadas de relevância ambiental e cultural. Nesse contexto, a governança territorial emerge como abordagem capaz de integrar diferentes atores, escalas e interesses, promovendo maior efetividade nas políticas de ordenamento e gestão do espaço. Conforme argumenta Dallabrida (2011), a governança territorial pressupõe arranjos institucionais cooperativos que articulam Estado, mercado e sociedade civil na construção de estratégias de desenvolvimento territorial.

No campo ambiental, essa perspectiva ganha especial relevância em áreas protegidas e conjuntos paisagísticos, onde a multiplicidade de usos e valores exige mecanismos participativos e flexíveis de gestão. Assim, a participação social deixa de ser elemento meramente consultivo para assumir papel estruturante na formulação,

implementação e monitoramento das políticas territoriais, contribuindo para maior legitimidade e sustentabilidade das ações públicas.

2.3.1 **Governança ambiental e territorial**

A governança ambiental e territorial refere-se ao conjunto de processos, instituições e mecanismos por meio dos quais diferentes atores sociais participam da gestão do território e dos recursos naturais. Para Lemos e Agrawal (2006), a governança ambiental representa uma mudança paradigmática na gestão pública, ao deslocar o foco do controle estatal exclusivo para modelos colaborativos e multiníveis.

Sob essa perspectiva, a gestão territorial passa a ser compreendida como processo relacional, no qual decisões são construídas a partir da interação entre poder público, comunidades locais, setor privado e organizações da sociedade civil. Segundo Bulkeley (2005), esse modelo favorece maior adaptabilidade das políticas territoriais, especialmente em contextos marcados por incertezas ambientais e pressões antrópicas crescentes.

No Brasil, a adoção de práticas de governança territorial ainda enfrenta desafios relacionados à fragmentação institucional, à assimetria de poder entre os atores e à limitada capacidade técnica de muitos municípios. Conforme observa Pires do Rio (2009), a efetividade da governança depende não apenas da existência de instrumentos formais, mas também da construção de capacidades locais, transparência decisória e continuidade administrativa.

Aplicada ao contexto de áreas de interesse paisagístico, a governança territorial torna-se elemento-chave para equilibrar conservação e uso público, permitindo que as decisões sobre o território sejam socialmente pactuadas e territorialmente informadas.

2.3.2 **Instrumentos participativos (conselhos, audiências, pactos territoriais)**

A operacionalização da governança territorial ocorre, em grande medida, por meio de instrumentos participativos que viabilizam o diálogo entre Estado e sociedade. Entre os principais mecanismos destacam-se os conselhos gestores, as audiências públicas, as consultas comunitárias e os pactos territoriais.

De acordo com Avritzer (2008), as instituições participativas no Brasil representam avanços importantes na democratização das políticas públicas, ao criarem canais formais de deliberação coletiva. No campo ambiental, os conselhos gestores de unidades de conservação constituem exemplos emblemáticos desse modelo, permitindo a inclusão de diferentes segmentos sociais na tomada de decisão.

As audiências públicas, por sua vez, configuram-se como instrumentos de transparência e escuta social, possibilitando a manifestação de interesses, demandas e conflitos relacionados ao uso do território. Para Fung (2006), processos participativos bem estruturados contribuem para melhorar a qualidade das decisões públicas, desde que garanta representatividade, acesso à informação e capacidade real de influência dos participantes.

Já os pactos territoriais e fóruns multissetoriais representam formas mais avançadas de governança colaborativa, pois buscam construir consensos duradouros entre atores com interesses potencialmente divergentes. Conforme destaca Dallabrida (2011), tais arranjos são particularmente relevantes em territórios onde coexistem funções ambientais, culturais e econômicas, como ocorre em áreas de forte valor paisagístico.

Nesse sentido, a adoção de instrumentos participativos não deve ser entendida apenas como exigência normativa, mas como estratégia fundamental para qualificar a gestão territorial e reduzir conflitos de uso.

2.3.3 **Conflitos de uso e gestão em áreas protegidas**

Os conflitos de uso constituem fenômeno recorrente em áreas protegidas e conjuntos de interesse paisagístico, especialmente quando há sobreposição de funções ambientais, turísticas, produtivas e simbólicas. Conforme observa Redpath et al. (2013), tais conflitos emergem quando diferentes grupos sociais possuem percepções, valores e expectativas divergentes sobre o território.

No contexto brasileiro, esses conflitos frequentemente se manifestam na forma de tensões entre conservação ambiental e uso público, entre propriedade privada e acesso coletivo, ou ainda entre diferentes modalidades de exploração turística. Segundo Ferreira et al. (2001), a ausência de instrumentos claros de ordenamento e de canais efetivos de participação tende a intensificar disputas territoriais e práticas de uso inadequado.

Além disso, conflitos mal geridos podem gerar efeitos cumulativos negativos, como degradação ambiental, judicialização de disputas e perda de legitimidade das políticas de conservação. Para Young et al. (2010), a mediação preventiva de conflitos deve ser incorporada como componente estruturante da governança territorial, e não tratada apenas de forma reativa.

Nesse cenário, estratégias de ordenamento territorial associadas a processos participativos contínuos mostram-se fundamentais para antecipar tensões, construir acordos de uso e promover maior equilíbrio entre conservação e desenvolvimento local. A compreensão dessas dinâmicas é especialmente relevante para o planejamento de áreas como a Pedra do Pedrão, onde o aumento da visitação e a diversidade de interesses demandam mecanismos de gestão territorial mais robustos e inclusivos.

2.4 USO PÚBLICO, TURISMO E CONSERVAÇÃO

O uso público de áreas naturais tem se consolidado como uma das principais interfaces entre sociedade e patrimônio ambiental, especialmente em territórios dotados de elevado valor paisagístico e potencial turístico. A crescente demanda por experiências em ambientes naturais tem ampliado a pressão sobre esses espaços, exigindo modelos de gestão capazes de compatibilizar visitação, conservação e desenvolvimento local. Conforme argumenta Eagles, McCool e Haynes (2002), o planejamento do uso público deve ser estruturado de forma estratégica, considerando tanto a proteção dos recursos naturais quanto a qualidade da experiência do visitante.

Nesse contexto, o turismo em áreas naturais passa a ser compreendido não apenas como atividade econômica, mas como fenômeno territorial que produz transformações socioambientais relevantes. A literatura contemporânea destaca que a ausência de ordenamento da visitação tende a gerar impactos cumulativos, enquanto a gestão planejada pode converter o turismo em aliado da conservação. Assim, torna-se fundamental compreender as bases conceituais do uso público, do turismo sustentável e dos riscos associados à intensificação da visitação em áreas protegidas.

2.4.1 **Uso público em áreas naturais**

O conceito de uso público em áreas naturais refere-se ao conjunto de atividades de visitação, recreação, educação ambiental e pesquisa científica realizadas em espaços protegidos ou de relevante interesse paisagístico. Segundo Eagles (2007), o uso público constitui função legítima das áreas naturais, desde que planejado de forma compatível com os objetivos de conservação.

Do ponto de vista da gestão territorial, o uso público envolve a organização de fluxos de visitantes, a implantação de infraestrutura de baixo impacto e a definição de normas de conduta que orientem a apropriação do espaço. Para Manning (2011), a gestão eficaz da visitação depende da compreensão da capacidade de suporte das áreas naturais e da adoção de estratégias de manejo adaptativo.

Além disso, o uso público possui importante dimensão educativa e simbólica. Conforme Weaver (2001), experiências em ambientes naturais podem fortalecer a consciência ambiental dos visitantes, ampliando o apoio social às políticas de conservação. No entanto, quando não há planejamento adequado, a visitação pode desencadear processos de degradação, como compactação do solo, perturbação da fauna, erosão de trilhas e acúmulo de resíduos.

Dessa forma, o ordenamento do uso público torna-se componente essencial da gestão territorial em conjuntos paisagísticos, especialmente naqueles que apresentam crescimento espontâneo da visitação.

2.4.2 **Turismo sustentável e ecoturismo**

O debate sobre turismo sustentável emerge como resposta às externalidades negativas do turismo de massa, propondo modelos de desenvolvimento turístico compatíveis com a conservação ambiental e a valorização sociocultural dos territórios. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2004), o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos visitantes e das regiões receptoras, protegendo e ampliando as oportunidades para o futuro.

No interior desse campo conceitual, o ecoturismo destaca-se como segmento voltado especificamente para ambientes naturais. Segundo Honey (2008), o ecoturismo deve envolver não apenas a visitação à natureza, mas também a conservação ambiental, a educação do visitante e a geração de benefícios para as comunidades locais.

Complementarmente, Fennell (2020) ressalta que o ecoturismo contemporâneo exige planejamento rigoroso, monitoramento contínuo e forte integração com as políticas territoriais, evitando que a atividade reproduza padrões predatórios sob o rótulo de sustentabilidade.

Outro desdobramento relevante é o turismo de base comunitária, que, conforme Irving (2009), busca fortalecer o protagonismo das populações locais na gestão e nos benefícios do turismo. Essa abordagem tende a gerar maior enraizamento territorial da atividade turística e maior alinhamento entre conservação e desenvolvimento local.

Nesse sentido, a promoção do turismo sustentável em áreas de valor paisagístico depende da existência de diretrizes claras de ordenamento territorial, capazes de disciplinar a visitação e distribuir de forma equilibrada seus benefícios e impactos.

2.4.3 **Riscos e potencialidades do turismo em áreas protegidas**

O turismo em áreas protegidas apresenta natureza ambivalente, podendo atuar simultaneamente como vetor de valorização territorial e como fonte de pressões ambientais. Conforme Bulkeley (2005), os impactos do turismo dependem menos do volume absoluto de visitantes e mais da forma como a atividade é planejada e gerida.

Por outro lado, a literatura aponta riscos recorrentes associados à visitação desordenada. Segundo Newsome, Moore e Dowling (2013), os impactos mais comuns incluem degradação de trilhas, perturbação de habitats, produção de resíduos, poluição visual e conflitos de uso do espaço.

Um dos conceitos centrais para o enfrentamento desses riscos é o de capacidade de carga recreativa, que, conforme Manning (2011), deve ser compreendida de forma multidimensional, incorporando limites biofísicos, sociais e de gestão. Mais recentemente, abordagens como os Limites de Mudança Aceitável (LAC) têm sido utilizadas para orientar decisões adaptativas em áreas de uso público.

Nesse contexto, o ordenamento territorial assume papel estratégico ao estruturar zonas de uso, concentrar fluxos de visitação e estabelecer mecanismos de monitoramento contínuo. Quando associado à governança participativa e à educação ambiental, o turismo pode transformar-se em importante aliado da conservação.

Contudo, na ausência desses instrumentos, tende a intensificar processos de degradação e conflitos territoriais.

Para áreas como a Pedra do Pedrão, que apresentam crescente atratividade e ainda carecem de estruturação do uso público, a antecipação desses riscos por meio do planejamento territorial mostra-se fundamental para garantir a sustentabilidade de longo prazo.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, indicando os caminhos utilizados para a coleta, organização e análise das informações que fundamentam a proposta de ordenamento territorial para a área já estudada. A definição da metodologia busca assegurar coerência entre os objetivos do trabalho e as etapas de investigação realizadas, garantindo a consistência dos resultados obtidos.

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada e abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013; Minayo, 2001). O enfoque qualitativo foi adotado por permitir a interpretação de dinâmicas territoriais, instrumentos de planejamento e formas de apropriação do espaço sem a dependência exclusiva de parâmetros estatísticos. O método fundamenta-se no estudo de caso, tendo como objeto de análise o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, em Pedralva (MG). A seleção desta área justifica-se por sua proeminência paisagística e cultural, somada à pressão crescente do turismo e à ausência de instrumentos normativos que balizem sua conservação e uso.

3.2 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

O levantamento de dados estruturou-se em três frentes principais. Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental abrangente, consultando-se livros, artigos científicos e legislações sobre ordenamento territorial, áreas protegidas, paisagem cultural e turismo sustentável. Em segundo lugar, procedeu-se à análise técnica de instrumentos legais de planejamento municipal e regional, com foco em normativas de uso do solo e proteção patrimonial. Por fim, coletaram-se dados secundários, como bases cartográficas, diagnósticos ambientais e documentos institucionais, a fim de subsidiar a caracterização territorial. De forma complementar, foram incorporados dados de uma pesquisa de opinião com moradores por meio de um survey (Gil, 2008), adotando amostragem não

probabilística por conveniência (Gil, 2008), conferindo uma dimensão empírica à compreensão das formas de uso e percepções sobre o território.

3.3 ÁREA DE ESTUDO

O recorte espacial abrange o município de Pedralva, localizado no Sul de Minas Gerais, considerando os condicionantes geográficos, históricos e socioeconômicos que moldam sua configuração territorial. De forma específica, o estudo concentra-se na poligonal do Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, elemento central da paisagem local e patrimônio cultural tombado. A análise foca em suas condições biofísicas, na atual dinâmica de uso público e em sua inserção na rede turística regional.

4 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA PEDRA DO PEDRÃO

Este capítulo apresenta a caracterização e o diagnóstico territorial do Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão, localizado no município de Pedralva, Minas Gerais. A análise busca compreender as características físicas, culturais e de uso de território, identificando potencialidades e fragilidades que orientem a proposição de diretrizes de ordenamento territorial voltadas à conservação e ao uso turístico sustentável da área.

O diagnóstico considera aspectos ambientais, paisagísticos e sociais, bem como as formas atuais de apropriação do espaço e os conflitos decorrentes da ausência de instrumentos de gestão e ordenamento específicos para o local.

4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão localiza-se no município de Pedralva, situado na região sul do estado de Minas Gerais, inserido na área da Serra da Mantiqueira, região caracterizada por relevo montanhoso, paisagens naturais marcantes e significativa presença de formações rochosas. Conforme informações da Prefeitura Municipal, o município encontra-se aproximadamente na latitude 22º14’34” sul e longitude 45º27’57” oeste, com altitude média de 911 metros, condição que contribui para a presença de clima ameno e paisagens serranas que configuram importante patrimônio natural regional (Prefeitura Municipal de Pedralva, s.d.).

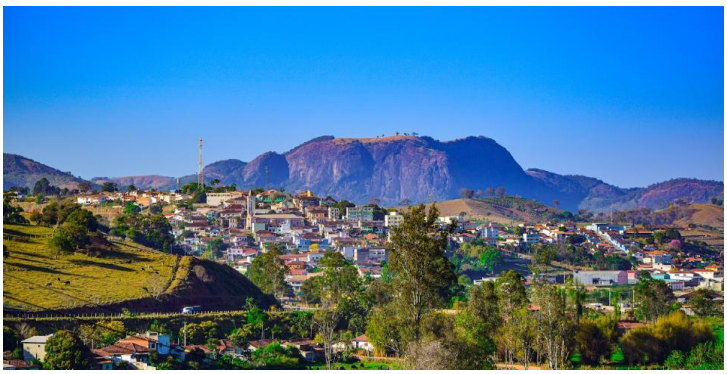
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui área territorial de aproximadamente 217,99km², configurando-se como município de pequena extensão territorial no contexto estadual. O censo demográfico de 2022 aponta uma população residente de 10.760 habitantes, resultando em densidade demográfica aproximada de 49,36 habitantes por quilômetro quadrado, característica associada à predominância de ocupação rural e dispersa. As afirmativas populacionais mais recentes indicam leve crescimento topográfico, mantendo o município com porte populacional reduzido quando comparado a centros urbanos regionais (IBGE, 2023).

A economia local apresenta forte vínculo com atividades rurais e agropecuárias, característica que influencia diretamente a configuração do território e a relação da população com o ambiente natural, preservando aspectos de pequena cidade

interiorana. Essa relação histórica com o território contribui para a valorização de elementos naturais que se tornaram símbolos reais, entre eles e a própria formação rochosa da Pedra do Pedrão, reconhecida como marco paisagístico e identitário do município (Prefeitura Municipal de Pedralva, s.d.).

A Figura 1 apresenta a vista aproximada do afloramento rochoso da Pedra do Pedrão, evidenciando sua volumetria expressiva e a relação direta com a cobertura vegetal do entorno. Observa-se a predominância de superfícies rochosas expostas, intercaladas por fragmentos de vegetação, característica típica dos maciços graníticos da região da Serra da Mantiqueira. A imagem reforça o papel do elemento como marco visual de grande destaque na paisagem local.

Figura 1 – Vista de parte de Pedralva ao fundo Pedra do Pedrão

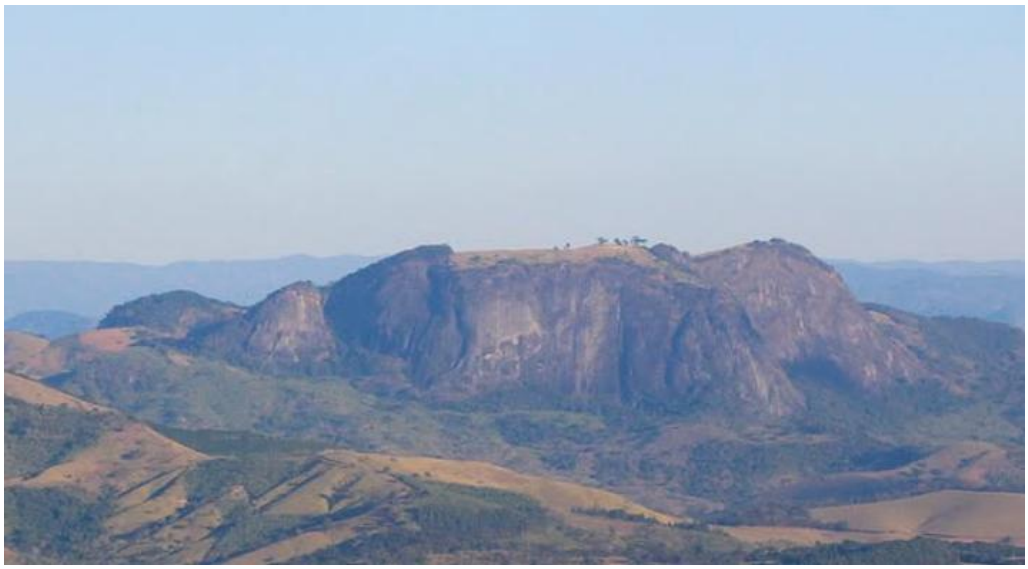


Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Pedralva (2026).

A Pedra do Pedrão destaca-se na paisagem como um afloramento rochoso de grande porte e elevada visibilidade, funcionando como ponto de referência visual e atrativo turístico. Sua posição elevada permite ampla visualização da paisagem rural e urbana do entorno, reforçando seu valor cênico e turístico.

A Figura 2 evidencia a inserção da Pedra do Pedrão na paisagem regional, permitindo compreender sua ampla visibilidade no território e sua função como elemento de referência espacial. A perspectiva panorâmica demonstra a relação entre o maciço rochoso e a matriz rural do entorno, marcada por áreas de uso agropecuário e fragmentos de vegetação nativa, aspectos que contribuem para a leitura integrada do conjunto paisagístico.

Figura 2 – Vista panorâmica da Pedra do Pedrão na paisagem regional

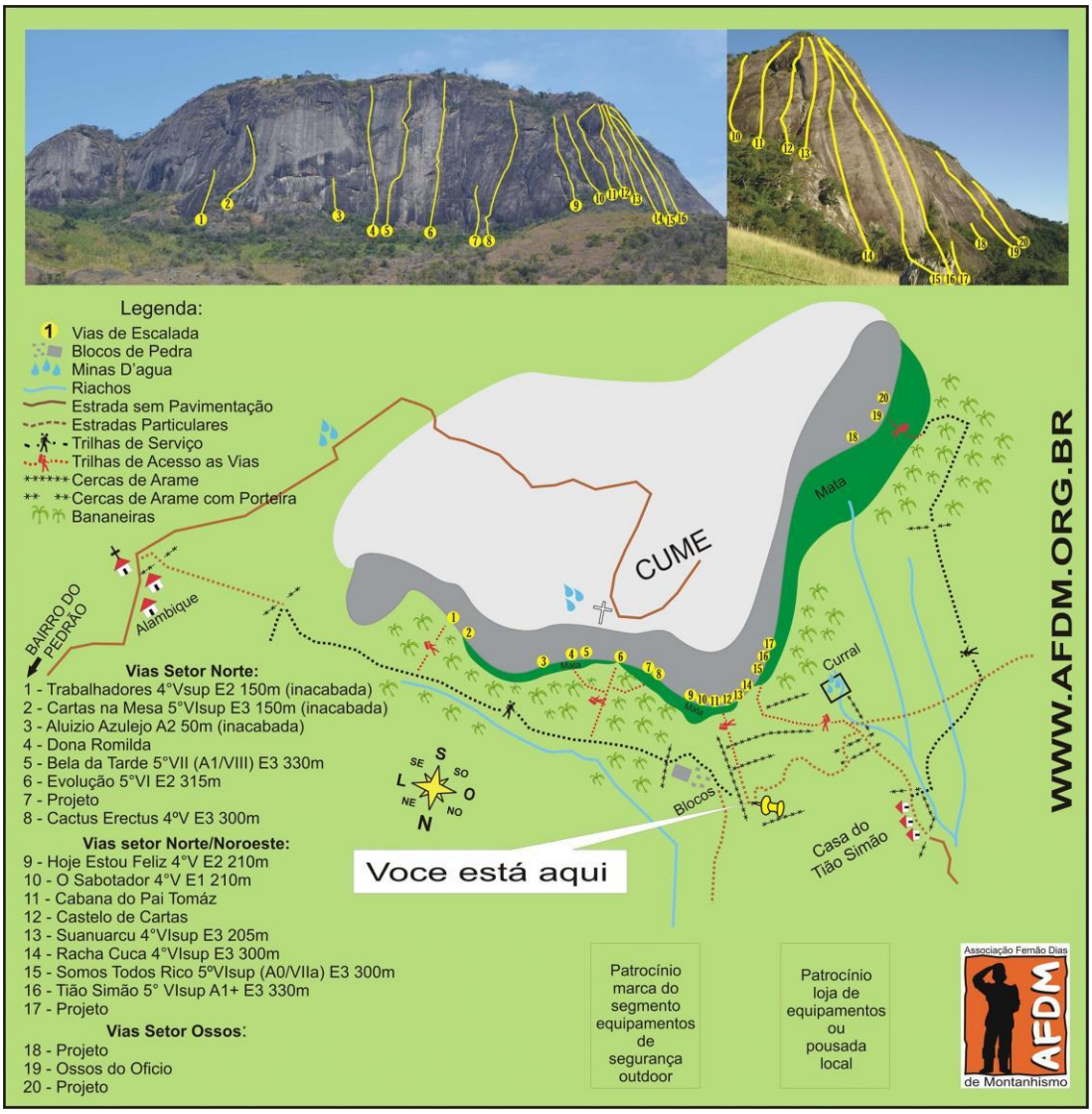


Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Pedralva (2026).

Do ponto de vista ambiental, a área apresenta cobertura vegetal típica da região, composta por fragmentos de vegetação nativa intercalados com áreas modificadas por atividades agropecuárias. O relevo acidentado, aliado à presença de trilhas informais abertas pela visitação, torna o local suscetível a processos erosivos e degradação do solo, especialmente em períodos de maior fluxo turístico.

A Figura 3 apresenta o mapeamento das principais vias de escalada, trilhas de acesso e elementos de infraestrutura informal identificados na área da Pedra do Pedrão. O registro evidencia a intensidade de uso recreativo e esportivo do local, bem como a existência de múltiplos percursos abertos pela visitação. Tal configuração reforça a necessidade de diretrizes de ordenamento e manejo do uso público, visando minimizar impactos ambientais e garantir maior segurança aos visitantes.

Figura 3 – Mapeamento das vias de escaladas e acessos



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Pedralva 2026.

A combinação entre elementos naturais, visuais e simbólicos confere à área elevado valor paisagístico, justificando sua proteção enquanto conjunto paisagístico e evidenciando a necessidade de estratégias de ordenamento territorial capazes de conciliar conservação ambiental e uso público controlado.

4.2 VALOR CULTURAL, SOCIAL E SIMBÓLICO

A Pedra do Pedrão constitui um dos principais marcos naturais e simbólicos do município de Pedralva, sendo amplamente reconhecida pela população local como espaço de lazer, contemplação e convivência social. Ao longo do tempo, o local

passou a integrar a memória coletiva da comunidade, tornando-se ponto de encontro e referência territorial, associado a práticas recreativas e à valorização da paisagem natural.

Do ponto de vista físico e paisagístico, a formação rochosa destaca-se pela sua imponência e posição elevada, alcançando aproximadamente 1.464 metros de altitude, além de apresentar extensa parede rochosa que se sobressai na paisagem regional. Essas características fazem com que o local seja procurado por visitantes interessados em atividades de lazer e aventura, como caminhadas, montanhismo, *camping* e contemplação da paisagem, consolidando-se como importante atrativo turístico do município (Minas Gerais, s.d.)

A posição estratégica da Pedra do Pedrão possibilita ampla visualização de municípios vizinhos e de extensas áreas da paisagem rural do Sul de Minas Gerais, fator que amplia seu potencial turístico e reforça sua importância como patrimônio natural e paisagístico regional. Essa condição contribui para que o local seja frequentado tanto por moradores quanto por visitantes de outras cidades, especialmente em períodos de lazer e finais de semana (Minas Gerais, s.d.).

Apesar desse reconhecimento popular e do crescente fluxo de visitantes, a inserção da Pedra do Pedrão no turismo municipal e regional ainda ocorre de forma pouco estruturada, carecendo de infraestrutura adequada, sinalização e diretrizes claras de uso. Tal situação evidencia a necessidade de planejamento territorial que promova o turismo sustentável e valorize a participação da comunidade local, de modo que o aproveitamento turístico contribua para a conservação ambiental e para o fortalecimento da identidade cultural associada à paisagem.

Além de sua relevância paisagística contemporânea, o Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão é reconhecido como ponto referencial do município desde a origem do povoamento regional. O maciço rochoso, inserido em área de vegetação típica da Mata Atlântica, apresenta forte vínculo histórico com a formação territorial de Pedralva, sendo mencionado inclusive em estudos toponímicos do município, que indicam a centralidade simbólica da pedra para a identidade local. Registros históricos apontam que a região foi habitada por povos indígenas, especialmente os puris, antes da chegada dos colonizadores portugueses, e que, durante o período colonial, a Pedra do Pedrão e a Pedra Branca funcionaram como marcos de referência para a localização de bandeiras e rotas de ocupação do território (Pedralva, 2014).

Com a intensificação do povoamento a partir da segunda metade do século XVIII e, posteriormente, no final do século XIX, a área do entorno da Pedra do Pedrão passou a desempenhar papel relevante no suporte às atividades humanas locais, inclusive no fornecimento de água e no abrigo de diferentes usos ao pé da serra. Esses elementos reforçam o valor histórico-territorial do conjunto, evidenciando que sua importância ultrapassa a dimensão cênica, configurando-se como componente estruturante da memória, da ocupação e da identidade socioterritorial de Pedralva (Pedralva, 2014).

4.3 USOS ATUAIS E CONFLITOS

Atualmente, a Pedra do Pedrão é utilizada para diferentes finalidades, destacando-se atividades turísticas, recreativas e esportivas, como caminhadas, encontros sociais e práticas de aventura e contemplação da paisagem. O acesso ocorre, em grande parte, por trilhas informais e caminhos abertos espontaneamente pelos usuários, sem infraestrutura adequada de orientação ou controle de fluxo.

A ausência de normas claras de uso e de instrumentos de gestão territorial contribui para a ocorrência de impactos ambientais, como erosão do solo, descarte irregular de resíduos, degradação da vegetação e abertura de novas trilhas, ampliando a pressão sobre o ambiente natural. Além das pressões ambientais, podem surgir conflitos relacionados ao uso do território, envolvendo proprietários de áreas vizinhas, visitantes e poder público, especialmente quando há circulação de pessoas em propriedades privadas ou uso inadequado do espaço, como a abertura espontânea de trilhas fora dos percursos consolidados, o pisoteio de áreas com vegetação sensível, a realização de fogueiras ou acampamentos em locais não autorizados, o descarte de resíduos sólidos, a circulação de veículos em áreas naturais e a promoção de eventos sem controle ou planejamento prévio.

Dessa forma, o diagnóstico aponta a necessidade de implementação de diretrizes de ordenamento territorial capazes de organizar o uso público da área, estabelecer zonas de uso e promover ações de conservação ambiental, garantindo que a valorização turística e recreativa da Pedra do Pedrão ocorra de forma compatível com a preservação de seus atributos naturais e paisagísticos.

5 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO

A análise dos instrumentos de ordenamento e gestão do Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão foi realizada a partir da aplicação de um formulário estruturado junto à comunidade local e aos usuários do espaço, totalizando 84 respondentes. A investigação buscou compreender não apenas o padrão de uso da área, mas sobretudo a percepção social acerca da organização territorial, das fragilidades ambientais e das demandas prioritárias para qualificação do local.

A leitura dos dados revela um cenário caracterizado por forte reconhecimento simbólico e paisagístico do local, associado, contudo, a evidentes lacunas de infraestrutura, ordenamento e gestão, o que confirma a necessidade de um plano territorial específico para a Pedra do Pedrão.

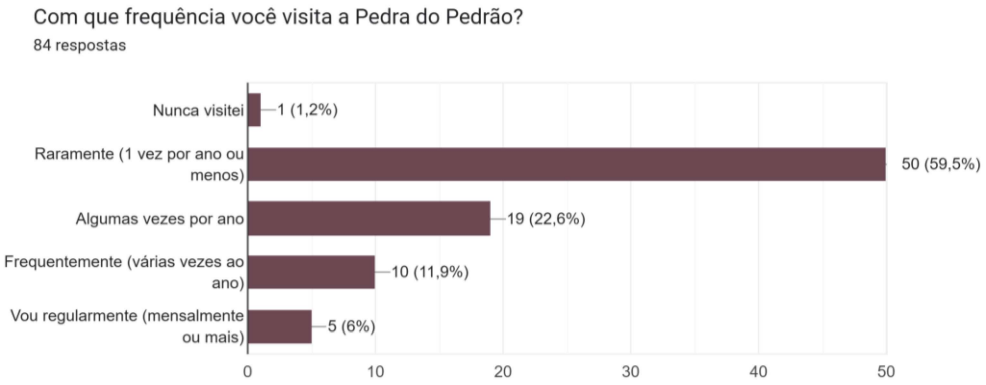
De modo geral, os resultados apontam para uma situação típica de áreas naturais de uso público não plenamente estruturadas: presença de visitação consolidada, crescimento do interesse turístico e ausência de instrumentos formais suficientes para disciplinar os fluxos e proteger os atributos ambientais e culturais.

5.1 PERFIL DE USO E FREQUÊNCIA DE VISITAÇÃO

A análise da frequência de visitação indica que a Pedra do Pedrão é um espaço efetivamente apropriado pela população, embora com padrão de uso predominantemente ocasional. A maior parcela dos respondentes (59,5%) declarou visitar o local raramente (uma vez por ano ou menos), enquanto 22,6% afirmaram frequentá-lo algumas vezes ao ano. Percentuais menores indicam frequência elevada (11,9%) ou visitas mensais (6%), e apenas 1,2% informou nunca ter visitado o local.

Esse comportamento sugere que o conjunto paisagístico cumpre função relevante como destino de lazer eventual e contemplação, típico de atrativos naturais de escala municipal. Entretanto, a presença de um contingente de visitantes frequentes não deve ser subestimada, pois mesmo fluxos moderados, quando não ordenados, podem produzir efeitos cumulativos significativos, especialmente em ambientes com sensibilidade geomorfológica e cobertura vegetal vulnerável.

Gráfico 1 – Frequência de visitação à Pedra do Pedrão



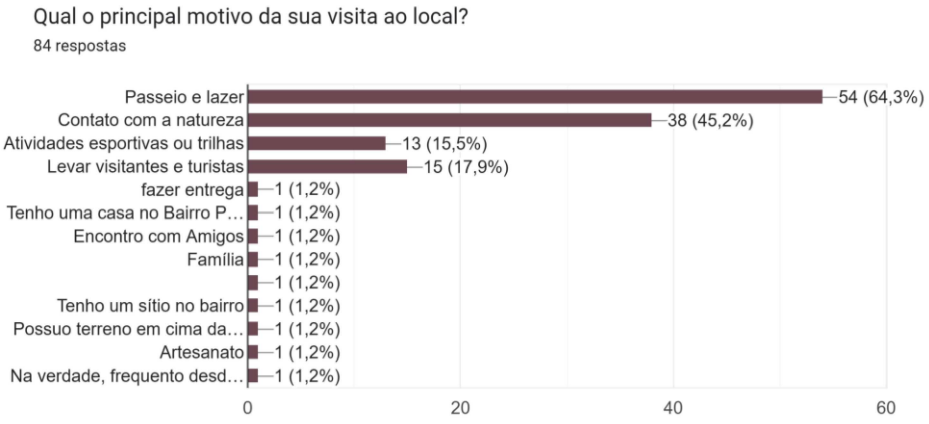
Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Do ponto de vista do ordenamento territorial, o padrão identificado indica a necessidade de adoção de medidas preventivas, uma vez que áreas com visitação esporádica tendem a sofrer processos de degradação difusa justamente pela ausência de controle sistemático de uso.

5.2 MOTIVAÇÕES DE VISITA E DINÂMICA DE USO

Quanto às motivações de visitação, o passeio e lazer aparecem como principais finalidades (64,3%), seguido do contato com a natureza (45,2%). Em menor proporção, surgem atividades esportivas (15,5%) e a condução de visitantes ou turistas (17,9%).

Gráfico 2 – Principais motivações de visita ao Conjunto Paisagístico



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

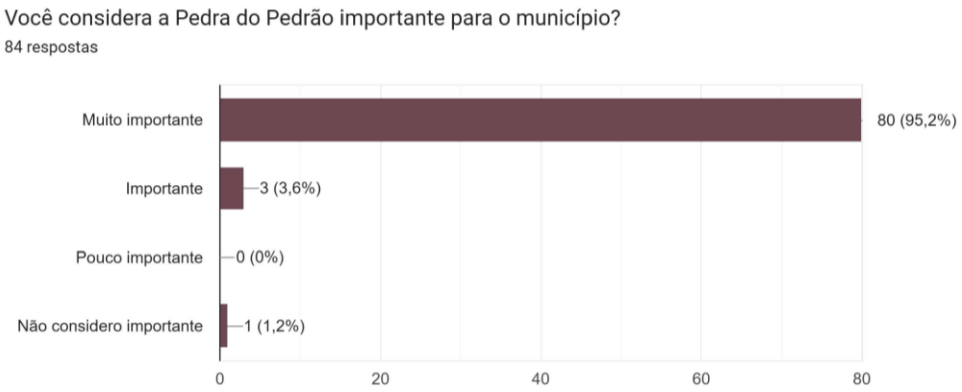
Esses dados confirmam a vocação predominantemente da Pedra do Pedrão como espaço de apreciação paisagística e recreação em ambiente natural, como forte componente contemplativo. A coexistência de usos esportivos e turísticos, ainda que minoritários, indica tendência e diversificação funcional, o que tende a ampliar a pressão sobre trilhas, mirantes e áreas sensíveis.

Sob a ótica do planejamento territorial, essa multiplicidade de usos reforça a necessidade de um zoneamento funcional, capaz de compatibilizar diferentes formas de apropriação do espaço sem comprometer a integridade ambiental do conjunto.

5.3 RECONHECIMENTO DO VALOR TERRITORIAL DO LOCAL

A percepção de importância atribuída à Pedra do Pedrão é extremamente elevada entre os participantes. A quase totalidade (95,2%) considera o local muito importante para o município, enquanto 3,6% o classificam como importante. Não foram registradas avaliações de baixa relevância, e apenas 1,2% declarou não reconhecer a importância do local.

Gráfico 3 – Percepção da importância da Pedra do Pedrão para o município



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

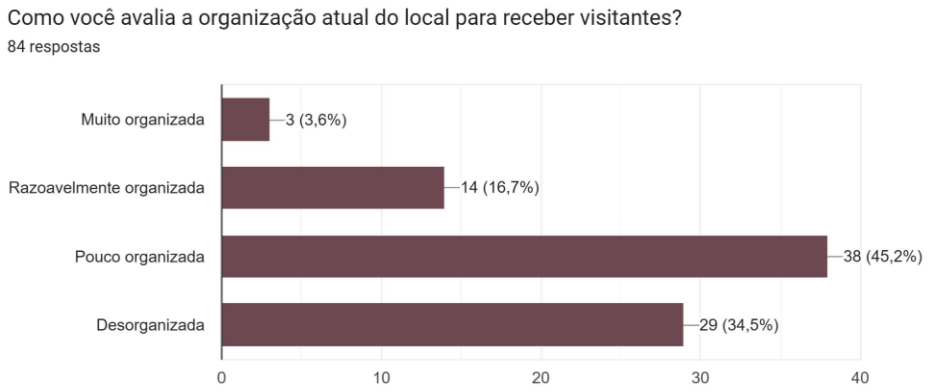
Esse resultado evidencia a existência de forte capital simbólico e identitário associado ao conjunto paisagístico, configurando um ativo territorial estratégico para políticas de conservação e turismo sustentável. Do ponto de vista da governança, tal reconhecimento social constitui elemento facilitador para a implementação de instrumentos de ordenamento, uma vez que tende a reduzir resistências comunitárias a medidas de controle de proteção.

Além disso, a elevada valorização social reforça a leitura da Pedra do Pedrão como paisagem de referência para a memória coletiva local, aspecto coerente com sua condição de bem tombado.

5.4 AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ATUAL

Apesar do amplo reconhecimento da importância da Pedra do Pedrão para o município e para a população local, a avaliação da organização do espaço revela um quadro crítico sob a ótica dos usuários. Os dados do formulário indicam que apenas 3,6% dos participantes consideram o local muito organizado, enquanto 16,% o classificam como razoavelmente organizado. Em contraste, observa-se uma maioria expressiva de avaliações negativas: 45,2% dos respondentes percebem o espaço como pouco organizado e 34,5% o definem como desorganizado.

Gráfico 4 – Avaliação do nível de organização atual do local



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A predominância dessas percepções evidencia uma leitura social consistente de que os instrumentos atualmente existentes para a gestão territorial da área são insuficientes ou pouco efetivos. Na prática, os resultados sugerem que a Pedra do Pedrão vem sendo apropriada por dinâmicas predominantemente espontâneas de visitação, com limitada presença de mecanismos estruturados de ordenamento do uso público. Entre as fragilidades implícitas nas respostas, destacam-se a ausência de controle sistemático dos fluxos de visitantes, a carência de infraestrutura adequada

de orientação e sinalização, o manejo ainda incipiente das trilhas e a inexistência de um programa contínuo de monitoramento ambiental.

Esse padrão de percepção é compatível com processos frequentemente observados em lugares naturais com forte atratividade paisagística, mas que ainda não dispõem de plano específico de manejo ou de um instrumento formal de ordenamento territorial. Nesses contextos, a intensificação gradual do uso público tende a ocorrer de forma difusa no território, ampliando riscos de degradação ambiental, conflitos de uso e perda de qualidade da experiência do visitante.

Assim, a avaliação da organização e da gestão atual da Pedra do Pedrão reforça o diagnóstico de que há uma lacuna entre o valor reconhecido do conjunto e o nível de estruturação de sua gestão. Essa discrepância constitui um dos principais fundamentos técnicos para a proposição de diretrizes mais robustas de ordenamento territorial, capazes de qualificar o uso público, reduzir pressões sobre as áreas mais sensíveis e promover uma governança mais eficiente e participativa do conjunto paisagístico.

5.5 PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE INTERVENÇÕES

A demanda por melhorias mostrou-se praticamente consensual. Mais da metade dos respondentes (58,3%) considera que o local necessita de melhorias urgentes, enquanto 36,9% apontam necessidade de algumas intervenções. Apenas 3,6% entendem que não há necessidade de ações.

Gráfico 5 – Percepção da necessidade de melhorias na área



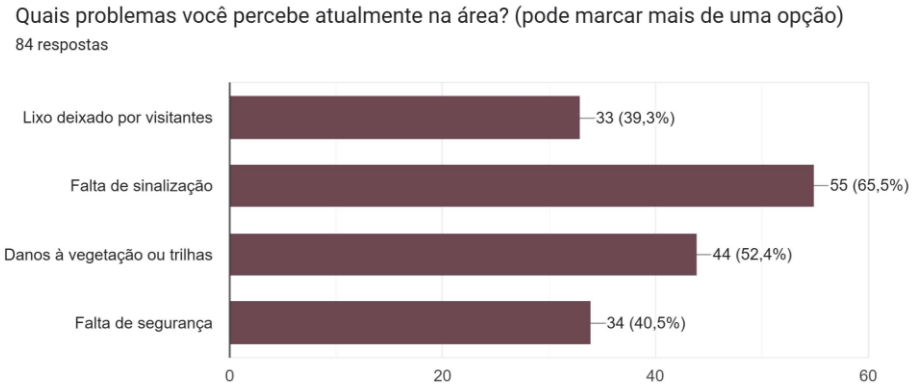
Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Esse resultado evidencia forte pressão social por qualificação do espaço, indicando que a comunidade usuária já percebe limites na capacidade atual de suporte ao local. Em termos de planejamento, trata-se de um indicativo importante de janela de oportunidade institucional para implementação de políticas de ordenamento, uma vez que há alinhamento entre diagnóstico técnico e percepção social.

5.6 PROBLEMAS PRIORITÁRIOS IDENTIFICADOS

Entre os principais problemas apontados pelos usuários da Pedra do Pedrão, destacam-se a falta de sinalização (65,5%), os danos à vegetação ou às trilhas (52,4%), a falta de segurança (40,5%) e a presença de lixo deixado por visitantes (39,3%). A distribuição dessas respostas permite compreender, de forma integrada, os principais pontos de fragilidade na gestão atual do local e evidencia que as dificuldades não se restringem a um único aspecto, mas envolvem simultaneamente questões de ordenamento espacial, conservação ambiental e estrutura operacional.

Gráfico 6 – Principais problemas identificados pelos usuários



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A elevada incidência de menções à ausência de sinalização indica uma fragilidade significativa na orientação e no controle dos fluxos de visitação. Esse dado sugere que os visitantes circulam pelo território com baixo nível de direcionamento formal, o que favorece a abertura de trilhas informais, a dispersão dos usos e o aumento do risco de impactos sobre áreas ambientalmente sensíveis. Em termos de

ordenamento territorial, trata-se de um indicativo claro de desorganização espacial do uso público.

Os danos à vegetação e às trilhas, por sua vez, apontam que já existem pressões ambientais em curso associadas à presença de visitantes. Ainda que tais processos possam estar em estágio inicial, sua recorrência nas respostas revela tendência de intensificação caso não sejam adotadas medidas de manejo e controle. Esse cenário reforça a necessidade de delimitação de percursos oficiais, implantação de técnicas de conservação de trilhas e monitoramento contínuo das áreas mais vulneráveis.

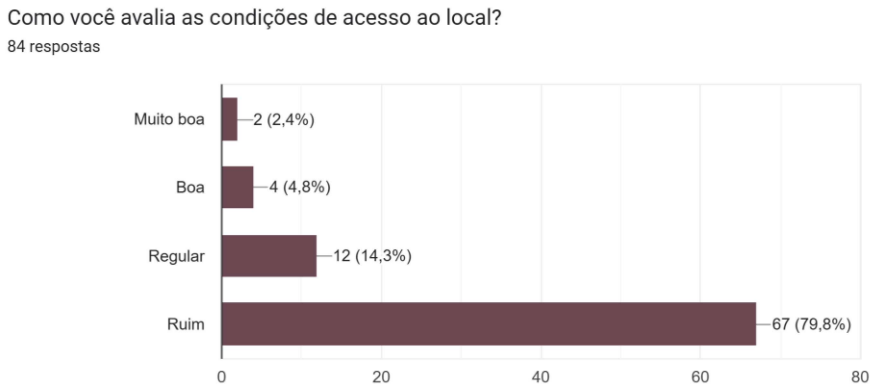
As menções à falta de segurança e à presença de resíduos sólidos evidenciam deficiências de infraestrutura básica e de manejo operacional. Esses problemas são característicos de áreas que recebem uso público sem dispor de estrutura mínima de recepção, fiscalização e manutenção. Além de afetarem a qualidade da experiência do visitante, tais lacunas podem contribuir para a degradação progressiva da paisagem e para a percepção negativa do espaço.

Sob a perspectiva do ordenamento territorial, o conjunto desses achados reforça a urgência de medidas voltadas à concentração, qualificação e disciplinamento da visitação. A implementação de diretrizes claras de uso, aliada à melhoria da sinalização, ao manejo das trilhas, ao fortalecimento da infraestrutura de apoio e à estruturação de mecanismos de monitoramento, mostra-se fundamental para reduzir as pressões identificadas e orientar a Pedra do Pedrão para um modelo de uso público ambientalmente responsável e socialmente qualificado.

5.7 CONDIÇÕES DE ACESSO AO LOCAL

A avaliação das condições de acesso à Pedra do Pedrão configura-se como um dos pontos mais críticos identificados na pesquisa. Os resultados do formulário relevam que a ampla maioria dos respondentes (79,8%) classificou o acesso como ruim, enquanto 14,3% o consideraram regular e melos de 8% o avaliaram como bom ou muito bom. Esse predomínio de avaliações negativas evidencia uma percepção social consistente de que a infraestrutura de chegada ao local apresenta limitações significativas, tanto do ponto de vista funcional quanto da segurança dos usuários.

Gráfico 7 – Avaliação das condições de acesso à Pedra do Pedrão



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

A precariedade do acesso possui implicações territoriais relevantes e multifacetadas. Em primeiro lugar, compromete diretamente a segurança dos visitantes, especialmente em períodos de maior fluxo ou em condições climáticas adversas, especialmente em períodos de maior fluxo ou em condições climáticas adversas, quando a circulação tende a se tornar mais arriscada. Além disso, a baixa qualidade do acesso limita o potencial de desenvolvimento turístico qualificado da área, uma vez que a experiência do visitante começa no percurso de chegada, influenciando a atratividade e permanência no local.

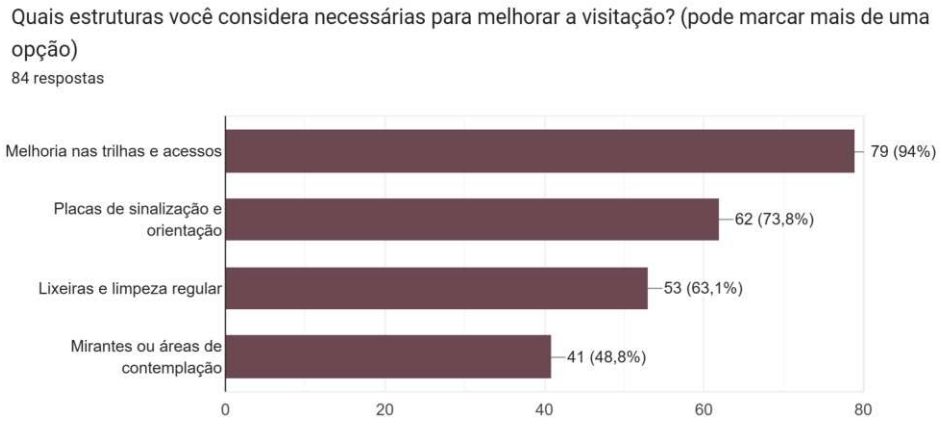
5.8 INFRAESTRUTURAS CONSIDERADAS PRIORITÁRIAS

Quando questionados sobre quais estruturas deveriam ser implementadas ou melhoradas na Pedra do Pedrão, os respondentes indicaram prioridades bastante claras e convergentes. A melhoria das trilhas e dos acessos foi apontada por 94% dos participantes, evidenciando percepção quase unânime quanto à necessidade de qualificação do percurso de visitação. Em seguida, destacam-se a implantação de sinalização e sistemas de orientação, mencionada por 3,8% dos respondentes, e a instalação de lixeiras associada à realização de limpeza regular, indicada por 63,1%. Por fim, 48,8% dos participantes assinalaram a importância da criação de mirantes ou áreas estruturadas de contemplação da paisagem.

A expressiva concentração das respostas na melhoria das trilhas confirma que o principal desafio atual da área está relacionado ao manejo físico da visitação e à

organização dos fluxos no território. Esse resultado dialoga diretamente com o diagnóstico anterior de presença de caminhos informais e de ausência de infraestrutura adequada de condução dos visitantes. Paralelamente, a forte demanda por sinalização e por gestão de resíduos evidencia carências de nível básico, compatíveis com um cenário de baixa estruturação do local para o uso público.

Gráfico 8 – Infraestruturas consideradas prioritárias para qualificação da área



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

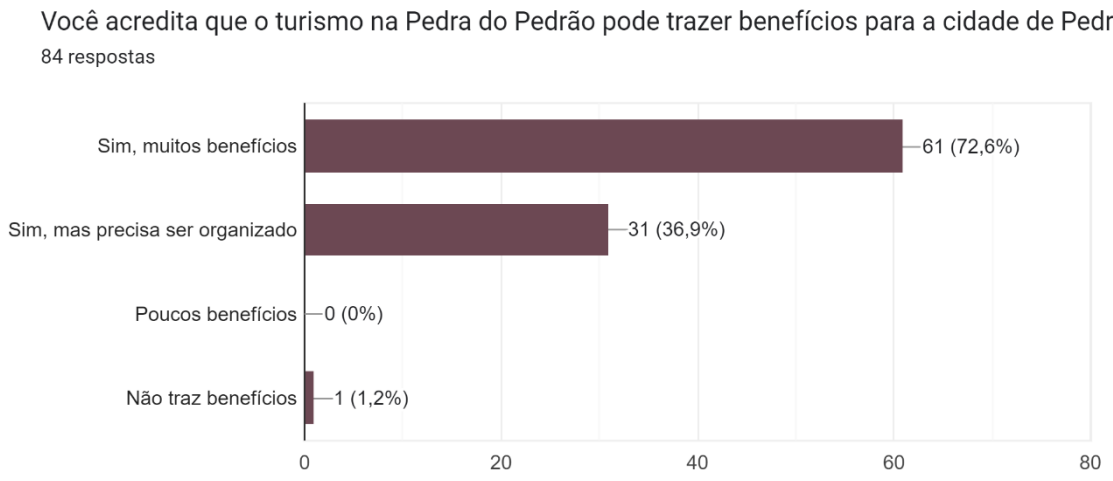
A menção significativa aos mirantes e áreas de contemplação revela, por sua vez, que a população não apenas frequenta o local, mas também valoriza a experiência paisagística proporcionada pela Pedra do Pedrão. Esse dado indica oportunidade concreta para estratégias de qualificação do turismo sustentável, desde que tais intervenções sejam concebidas sob critérios de baixo impacto ambiental, adequada inserção paisagística e controle da capacidade de suporte. Assim, as prioridades apontadas pelos respondentes fornecem subsídios objetivos para a definição de intervenções físicas e operacionais no âmbito do plano de ordenamento territorial.

5.9 PERCEPÇÃO SOBRE O POTENCIAL TURÍSTICO

A análise das respostas relacionadas ao potencial turístico da Pedra do Pedrão revela um cenário amplamente favorável por parte da comunidade. Para 72,6% dos respondentes, o turismo pode trazer muitos benefícios ao município, enquanto 36,9%

consideram que esses benefícios tendem a ocorrer desde que haja organização adequada da atividade. Não foram registradas respostas indicando poucos benefícios, e apenas 1,2% dos participantes manifestaram percepção negativa em relação ao turismo no local.

Gráfico 9 – Percepção sobre os potenciais benefícios do turismo para o município



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Esses dados evidenciam um elevado grau de aceitação social do desenvolvimento turístico associado ao conjunto, o que constitui um fator positivo para a implementação de políticas de ordenamento e gestão. Ao mesmo tempo, a presença significativa de respostas condicionando os benefícios à existência de organização demonstra que o apoio comunitário não é irrestrito, mas sim dependente da adoção de mecanismos de planejamento e controle do uso público. Em outras palavras, a comunidade reconhece o potencial econômico e simbólico da Pedra do Pedrão, demonstra abertura para sua utilização turística, mas sinaliza preocupação implícita com possíveis cenários de desordem, sobrecarga ambiental e perda de qualidade do espaço.

Tal posicionamento mostra-se coerente com abordagens contemporâneas de turismo sustentável e de base comunitária, nas quais a legitimação social do turismo está diretamente vinculada à capacidade de gestão do território e à distribuição equilibrada de benefícios e impactos. Nesse sentido, os resultados reforçam a

importância de que o ordenamento territorial proposto incorpore mecanismos efetivos de controle da visitação, qualificação da infraestrutura e participação social contínua.

5.10 SÍNTESE DIAGNÓSTICA E IMPLICAÇÕES PARA O ORDENAMENTO

A análise integrada dos resultados do formulário permite caracterizar a situação atual da Pedra do Pedrão como um estágio de uso já consolidado, porém ainda marcado por baixa institucionalização da gestão territorial. O local apresenta forte reconhecimento social e simbólico por parte da comunidade, clara vocação para recreação em ambiente natural e um potencial turístico amplamente percebido pelos usuários. Entretanto, esse conjunto de atributos positivos convive com fragilidades estruturais, operacionais e ambientais que já se mostram identificáveis no território.

Os dados indicam que o principal risco associado à área não reside na ausência de uso, mas sim na continuidade de um processo de apropriação espontânea e pouco regulada. Caso esse padrão se mantenha, há tendência de intensificação de processos como o agravamento da erosão nas trilhas, a expansão de caminhos informais, o aumento da geração e dispersão de resíduos sólidos, o surgimento de conflitos de uso entre diferentes atores e a perda gradual da qualidade paisagística que hoje constitui um dos principais ativos do conjunto.

Diante desse quadro, evidencia-se de forma consistente a necessidade de implantação de instrumentos específicos de gestão territorial capazes de orientar, disciplinar e qualificar o uso público da Pedra do Pedrão. Entre as medidas estruturantes destacam-se a definição de um zoneamento funcional compatível com a sensibilidade ambiental da área, a organização e hierarquização da visitação, a qualificação das condições de acesso, a instituição de mecanismos de governança participativa e a implementação de um sistema contínuo de monitoramento.

Assim, os resultados do formulário não apenas confirmam a problemática investigada ao longo deste trabalho, como também conferem legitimidade social à proposta de Plano de Ordenamento Territorial apresentada, demonstrando sua aderência às demandas, percepções e expectativas da comunidade usuária da Pedra do Pedrão.

6 PROPOSTA DE PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA A PEDRA DO PEDRÃO

A formulação dessa proposta de Plano de Ordenamento Territorial para o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão emerge da necessidade imperativa de transpor o reconhecimento legal do tombamento para a dimensão da gestão prática e normativa. O diagnóstico socioambiental precedente revelou que a Pedra do Pedrão é um território de múltiplas territorialidades, onde convergem valores ambientais, simbólicos e turísticos. Contudo, a atual predominância de usos espontâneos e a carência de diretrizes regulatórias expõem o local a processos de degradações físicas e conflitos de interesse, comprometendo sua integridade como patrimônio.

Nesse sentido, a presente proposta ancora-se nos pilares da governança territorial e do planejamento integrado, visando mediar as tensões entre a conservação dos ecossistemas da Serra da Mantiqueira e as demandas da sociedade contemporânea. Assume-se então, conforme a perspectiva teórica embasada no decorrer do trabalho, que a Pedra do Pedrão é um espaço usado para garantir a sustentabilidade de suas funções. Portanto, este plano não se limita à oferta turística, mas propõe uma organização espacial e social que valoriza a identidade local e a participação comunitária como eixos de salvaguarda.

Para operacionalizar tais objetivos, a proposta estrutura-se sob o encadeamento: território, paisagem, gestão e uso turístico. Essa sequência permite que o ordenamento avance da análise do suporte físico para a definição de zonas de uso, culminando em um modelo de governança que assegure a perenidade dos atributos naturais e culturais do conjunto paisagístico.

6.1 OBJETIVOS DO PLANO

Propor diretrizes de ordenamento territorial para o Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão, visando compatibilizar a conservação ambiental, a valorização da paisagem cultural e a qualificação do uso público de forma sustentável e participativa de forma a:

- Organizar espacialmente os usos das áreas por meio de zoneamento funcional;

- Reduzir impactos ambientais decorrentes da visitação desordenada;
- Qualificar a experiência do visitante com infraestrutura mínima adequada;
- Fortalecer a governança territorial e a participação comunitária;
- Integrar a Pedra do Pedrão ao turismo municipal de forma sustentável;
- Estabelecer diretrizes de monitoramento e gestão contínua.

6.2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A proposta estrutura-se a partir de princípios que devem orientar qualquer intervenção no território:

- Conservação como premissa: A proteção dos atributos naturais e paisagísticos deve prevalecer sobre interesse de exploração intensiva.
- Admissibilidade do uso público: O lazer e o turismo são reconhecidos como funções sociais do território, condicionados aos limites da capacidade de suporte ambiental.
- Gestão democrática e participativa: Fortalecimento do capital social de Pedralva através da inclusão de atores locais na governança do bem tombado.
- Intervenção mínima e reversibilidade: Adoção de materiais sustentáveis, garantindo que qualquer estrutura possa ser removida sem danos permanentes ao local.
- Pertencimento e identidade: Estímulo ao vínculo afetivo e simbólico entre a comunidade e o monumento natural.
- Sensebilização e Educação Ambiental e Patrimonial
- Monitoramento de impactos na visitação
- Pesquisa periódica de satisfação e qualidade de experiencia com visitantes.

6.3 DIRETRIZES DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Para harmonizar as diversas formas de apropriação do espaço, o território é subdividido em zonas com normas específicas de manejo.

6.3.1 **Zona de Preservação Ambiental (ZPA)**

A Zona de Preservação Ambiental (ZPA) corresponde aos setores que apresentam maior sensibilidade ecológica e geomorfológica no contexto do Conjunto Paisagístico da Pedra do Pedrão. Essa zona abrange, principalmente, encostas com elevada declividade, áreas com coberturas vegetal mais conservadas, trechos suscetíveis a processos erosivos e proporções do território que permanecem pouco antropizadas. Tais características indicam elevada fragilidade ambiental, exigindo a adoção de medidas mais restritivas de uso e ocupação.

No âmbito do ordenamento territorial, recomenda-se que a ZPA seja submetida a controle rigoroso de acesso público, admitindo-se apenas usos compatíveis com a conservação ambiental, como atividades de pesquisa e monitoramento previamente autorizadas. Deve-se evitar a abertura de novas trilhas, bem como a implantação de equipamentos ou estruturas permanentes que possam alterar a dinâmica natural do local. Como medida complementar, propõe-se a recuperação ativa de áreas já degradadas por meio de técnicas de bioengenharia e manejo ecológico, visando restabelecer a estabilidade do solo e a cobertura vegetal.

O monitoramento periódico da vegetação e das condições geomorfológicas deve compor a rotina de gestão da área, permitindo a identificação precoce de processos de degradação. A sinalização, quando necessária, deve ser discreta e restrita à função de proteção ambiental. Dessa forma, a Zona de Preservação Ambiental assume papel estratégico como núcleo de conservação, garantindo a manutenção dos processos ecológicos e a integridade paisagística de fundo do conjunto.

6.3.2 **Zona de Uso Público Controlado (ZUPC)**

A Zona de Uso Público Controlado (ZUPC) compreende os setores do território já apropriados para visitação e que apresentam condições mais favoráveis à permanência de atividades recreativas e contemplativas. Incluem-se nessa zona as trilhas já consolidadas pelo uso, os pontos naturais de observação da paisagem e as áreas tradicionalmente frequentadas por moradores e visitantes. Trata-se portanto, do espaço prioritário para a organização do uso público no âmbito do plano de ordenamento.

As diretrizes propostas para a ZUPC buscam disciplinar a visitação e reduzir impactos ambientais decorrentes do uso espontâneo. Recomenda-se a oficialização e hierarquização das trilhas existentes, com definição clara de percursos autorizados, associada à implantação de sistemas de drenagem em trechos críticos sujeitos a erosão. Também propõe a criação de pontos formais de parada e contemplação, de modo a concentrar a permanência dos visitantes em locais previamente preparados para tal finalidade.

Como medida de controle territorial, deve ser vedada a abertura espontânea de novos caminhos fora dos traçados definidos, prática que frequentemente contribui para a fragmentação da vegetação e o aumento de processos erosivos. Em períodos de maior fluxo, admite-se a adoção de estratégias de visitação guiada ou monitorada, especialmente em trechos mais sensíveis. Recomenda-se, ainda, a realização futura de estudo específico de capacidade de suporte, de modo a subsidiar limites quantitativos de visitação.

A função territorial da ZUPC é concentrar e ordenar o uso público, reduzindo a dispersão de impactos no conjunto paisagístico e proporcionando maior segurança e qualidade à experiência do visitante.

6.3.3 **Zona de Apoio e Serviços (ZAS)**

A Zona de Apoio e Serviços (ZAS) corresponde à área destinada à concentração da infraestrutura de suporte à visitação, devendo localizar-se preferencialmente nas proximidades do acesso principal ao local e em setores que apresentam menor sensibilidade ambiental. Essa estratégia busca evitar a dispersão de equipamentos no interior das áreas naturais mais frágeis, contribuindo para a preservação da paisagem.

No âmbito das diretrizes de ordenamento, propõe-se a implantação de estacionamentos controlado com soluções permeáveis, de modo a reduzir a impermeabilização do solo e o escoamento superficial. Recomenda-se também a instalação de sanitário seco ecológico, adequado ao contexto de área natural, além da criação de um pequeno espaço de recepção e informação ao visitante, onde possam ser disponibilizadas orientações de uso, normas de conduta e conteúdo de educação ambiental.

A ZAS pode ainda abrigar iniciativas de caráter comunitário, como apoio ao guiamento local, comercialização de produtos artesanais ou ações educativas, desde que tais atividades sejam compatíveis com a capacidade do espaço e não promovam sua urbanização excessiva. A função territorial dessa zona é absorver a maior parte da infraestrutura necessária ao funcionamento do local, atuando como área de transição entre o ambiente antrópico e as áreas naturais mais sensíveis, contribuindo para a proteção do conjunto paisagístico da Pedra do Pedrão.

6.4 DIRETRIZES DE GESTÃO E GOVERNANÇA

As diretrizes de gestão e governança visam a institucionalização de uma estrutura administrativa resiliente, pautada pela transparência e pela eficiência operacional. Centraliza-se esta estratégia na criação de um Comitê Local de Gestão da Pedra do Pedrão, concebido como uma instância colegiada e deliberativa de natureza multissetorial. Este órgão terá como competências precípuas a supervisão da execução do plano, a mediação de conflitos entre os diferentes atores territoriais, o monitoramento das intervenções fiscais e a articulação interinstitucional entre as secretarias municipais e órgãos ambientais.

Em conformidade com os preceitos da Gestão Participativa, a governança será sustentada por mecanismos de controle social e engajamento comunitário. Propõe-se a realização de fóruns anuais de prestação de contas, oficinas de planejamento colaborativo e a implementação de programas de voluntariado para zeladoria do local. Tais medidas buscam consolidar o sentimento de pertencimento da população de Pedralva, transformando a comunidade em agente ativo de salvaguarda, o que tende a mitigar atos de vandalismo e mitigar a externalidades negativas do uso público.

6.5 DIRETRIZES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

O ordenamento da atividade turística baseia-se no equilíbrio entre a viabilidade socioeconômica e a resiliência ecossistêmica. Para o controle do uso público, estabelece-se como prioridade técnica a futura determinação da Capacidade de Carga Térmica, Física e Social do conjunto paisagístico, permitindo a gestão de fluxos em períodos de alta sazonalidade. Recomenda-se a adoção de sistemas de

agendamento e a normatização de eventos, garantindo que o volume de visitantes não exceda os limites de suporte do ambiente natural.

Paralelamente, o plano fomenta o Turismo de Base Comunitária (TBC) como estratégia de desenvolvimento local. Isso inclui a qualificação de condutores locais, a integração do monumento aos roteiros da economia criativa e rural de Pedralva e o estímulo a parcerias com empreendimento familiares. A meta é garantir a circularidade econômica, onde os benefícios do turismo sejam retidos no território. Complementarmente, a educação ambiental atuará como eixo transversal, transformando as trilhas em espaços de interpretação patrimonial e sensibilização crítica, fortalecendo o caráter pedagógico da unidade.

6.6 SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de monitoramento é estruturado como um ciclo de retroalimentação, essencial para aferir a eficácia das diretrizes propostas. A gestão será subsidiada por um painel de indicadores multidimensionais, abrangendo:

- Indicadores Ambientais: Taxas de compactação de solo, regeneração da cobertura vegetal e integridade das áreas de ZPA;
- Indicadores Operacionais: Volume de resíduos removidos e eficiência da sinalização;
- Indicadores Sociais: Nível de satisfação do visitante e grau de participação da comunidade na governança.

Os dados deverão ser consolidados em Relatórios de Desempenho Anuais, permitindo o manejo adaptativo do plano. Esta abordagem garante que a gestão seja responsiva e capaz de ajustar estratégias diante de novas dinâmicas territoriais ou riscos emergentes.

6.7 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E CRONOGRAMA

A implementação do plano seguirá um modelo de escalonamento estratégico, organizado em horizontes temporais que respeitam a capacidade orçamentária e institucional do município:

- Curto Prazo (Etapa Institucional): Foco na formalização jurídica do comitê gestor, estabelecimento de parcerias e estruturação normativa mínima para controle de acessos.
- Médio Prazo (Etapa Operacional): Concentração de investimentos em infraestrutura física de baixo impacto, instalação de sistemas de sinalização interpretativa e lançamento dos programas de capacitação local.
- Longo Prazo (Etapa de Consolidação): Avaliação de impacto das intervenções, revisão decenal das diretrizes e consolidação da Pedra do Pedrão como um ativo turístico-sustentável de referência regional.

Esta trajetória de implementação visa assegurar que o plano não seja um documento estático, mas um processo contínuo de qualificação do território.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como propósito estruturar diretrizes para a gestão, o ordenamento e o uso sustentável do local, adotando uma abordagem sistêmica que integra conservação ambiental, planejamento do turismo e governança participativa. A partir do diagnóstico territorial e da análise das dinâmicas de uso e ocupação, foi possível identificar fragilidades relacionadas à ausência de monitoramento contínuo, à pressão da visitação em períodos críticos e a necessidade de maior articulação institucional e comunitária. Esses elementos fundamentaram a proposição de um conjunto de diretrizes técnicas e operacionais voltadas à qualificação da gestão.

Os resultados demonstram que a adoção de instrumentos de governança local, associada ao ordenamento da visitação e ao fortalecimento do turismo sustentável, constitui caminho viável para conciliar preservação e uso público. A estruturação de um sistema de monitoramento com indicadores objetivos também se mostra essencial para subsidiar decisões adaptativas e garantir a efetividade das ações ao longo do tempo. Nesse sentido, o plano proposto não se limita às intervenções físicas, mas estabelece uma lógica de gestão contínua, participativa e baseada em evidências.

Destaca-se, ainda, o papel estratégico da educação ambiental e do envolvimento comunitário como vetores de mudança cultural, capazes de ampliar e legitimar as medidas propostas, reduzir usos inadequados e promover a corresponsabilização dos diferentes atores envolvidos. A integração com iniciativas locais e com a economia do território reforça o potencial do local como indutor de desenvolvimento sustentável em escala municipal.

Como limitações do estudo, reconhece-se a ausência de mensuração empírica da capacidade de carga da área, a dependência de dados secundários em algumas etapas do diagnóstico e a não implementação piloto das diretrizes propostas, o que restringe, neste momento, a verificação prática de sua efetividade. Tais limitações,

contudo, não invalidam os resultados obtidos, mas indicam a necessidade de aprofundamentos futuros.

Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras avancem na quantificação da capacidade de suporte físico-ambiental da Pedra do Pedrão, na modelagem de canários de visitação em diferentes períodos do ano e na validação em campo do sistema de indicadores de monitoramento aqui proposto. Sugere-se, ainda, a incorporação de tecnologias digitais de acompanhamento do fluxo de visitantes, o desenvolvimento de estudos comparativos com outros conjuntos paisagísticos de pequeno porte e a avaliação dos impactos socioeconômicos do turismo de base comunitária no município.

Conclui-se que a efetividade da proposta depende, sobretudo, da continuidade institucional, do comprometimento dos atores locais e da adoção de um processo de gestão adaptativa. Espera-se que este trabalho contribua como referência técnica para o planejamento e a gestão de locais com características semelhantes, além de apoiar a formulação de políticas públicas orientadas à sustentabilidade, à valorização do território e à qualificação do uso público.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43–64, 2008.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 2007.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz**: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BULKELEY, Harriet. **Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks**. Political Geography, v. 24, n. 8, p. 875–902, 2005.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COSGROVE, Denis. **Landscape and cultural geography**. In: DUNCAN, James; JOHNSON, Nuala; SCHEIN, Richard (org.). A companion to cultural geography. Malden: Blackwell, 2004.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, planejamento e gestão territorial. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

EAGLES, Paul F. J. **Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas**. Journal of Sustainable Tourism, v. 17, n. 2, p. 231–248, 2007.

EAGLES, Paul F. J.; McCOOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. **Sustainable tourism in protected areas**: guidelines for planning and management. Gland: IUCN, 2002.

FENNELL, David A. **Ecotourism**. 5. ed. London: Routledge, 2020.

FERREIRA, Leila da Costa et al. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, Campinas, n. 9, p. 1–17, 2001.

FUNG, Archon. **Varieties of participation in complex governance**. Public Administration Review, v. 66, p. 66–75, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **A geography of heritage: power, culture and economy**. London: Arnold, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HONEY, Martha. **Ecotourism and sustainable development**: who owns paradise? 2. ed. Washington: Island Press, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pedralva (MG)**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/pedralva.html . Acesso em: 11 fev. 2026.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN, 2010.

IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo de base comunitária**: construção de novos olhares e práticas. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LEMOS, Maria Carmen; AGRAWAL, Arun. **Environmental governance**. Annual Review of Environment and Resources, v. 31, p. 297–325, 2006.

MANNING, Robert E. **Studies in outdoor recreation: search and research for satisfaction**. 3. ed. Corvallis: Oregon State University Press, 2011.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41–64, 2006.

MILANI, Carlos R. S.; ARTURI, Carlos S. **Governança territorial**: conceitos e práticas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 903–924, nov./dez. 2016.

MINAS GERAIS. **Pedra do Pedrão – Pedralva**. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/pedralva/pedra-do-pedrao. Acesso em: 11 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ordenamento territorial**: uma conceituação para o planejamento. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

NEWSOME, David; MOORE, Stephen A.; DOWLING, Ross K. **Natural area tourism: ecology, impacts and management**. 2. ed. Bristol: Channel View Publications, 2013.

OECD. **Regional development and territorial governance**. Paris: OECD Publishing, s.d.

PEDRALVA (MG). **Processo de tombamento**: Conjunto Paisagístico Pedra do Pedrão. Pedralva: Prefeitura Municipal de Pedralva, 2014. 135 p.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. **Governança territorial no Brasil**: instituições, atores e processos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRALVA. **Pedralva**. Disponível em: https://www.pedralva.mg.gov.br/pedralva
. Acesso em: 14 fev. 2026.

PRODANOV, Antonio Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UNESCO. **Cultural landscapes**. Paris: UNESCO, 1992.

UNESCO. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2011.

UNWTO. **Indicators of sustainable development for tourism destinations**. Madrid: World Tourism Organization, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDPATH, Stephen M. et al. **Understanding and managing conservation conflicts**. Trends in Ecology & Evolution, v. 28, n. 2, p. 100–109, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**: patrimônio e planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, João Paulo; FERREIRA, Ana Cláudia. **Ordenamento territorial e áreas protegidas**: um olhar sobre o processo de criação da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, MG, Brasil. Revista Geografias, Belo Horizonte, s.d.

WEAVER, David. **The encyclopedia of ecotourism**. Wallingford: CABI Publishing, 2001.

YOUNG, Oran R. et al. **Institutional dynamics**: resilience, vulnerability and adaptation in environmental and resource regimes. Global Environmental Change, v. 20, n. 3, p. 378–385, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão:** veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO PEDRA DO PEDRÃO

1. **Com que frequência você visita a Pedra do Pedrão?**

a. Nunca visitei
b. Raramente (1 vez por ano ou menos)
c. Algumas vezes por ano
d. Frequentemente (várias vezes ao ano)
e. Vou regularmente (mensalmente ou mais)

2. **Qual o principal motivo da sua visita ao local?**

a. Passeio e lazer
b. Contato com a natureza
c. Atividades esportivas ou trilhas
d. Levar visitantes e turistas

3. **Você considera a Pedra do Pedrão importante para o município?**

a. Muito importante
b. Importante
c. Pouco importante
d. Não considero importante

4. **Como você avalia a organização atual do local para receber visitantes?**

a. Muito organizada
b. Razoavelmente organizada
c. Pouco organizada
d. Desorganizada

5. **Você acha que o local precisa de melhorias ou organização do uso?**

a. Sim, precisa de melhorias urgentes
b. Sim, algumas melhorias seriam importantes
c. Não precisa de melhorias
d. Não consigo opinar

6. Quais problemas você percebe atualmente na área? (pode marcar mais de uma opção)

a. Lixo deixado por visitantes
b. Falta de sinalização
c. Danos à vegetação ou trilhas
d. Falta de segurança

7. Como você avalia as condições de acesso ao local?

a. Muito boa
b. Boa
c. Regular
d. Ruim

8. Quais estruturas você considera necessárias para melhorar a visitação? (pode marcar mais de uma opção)

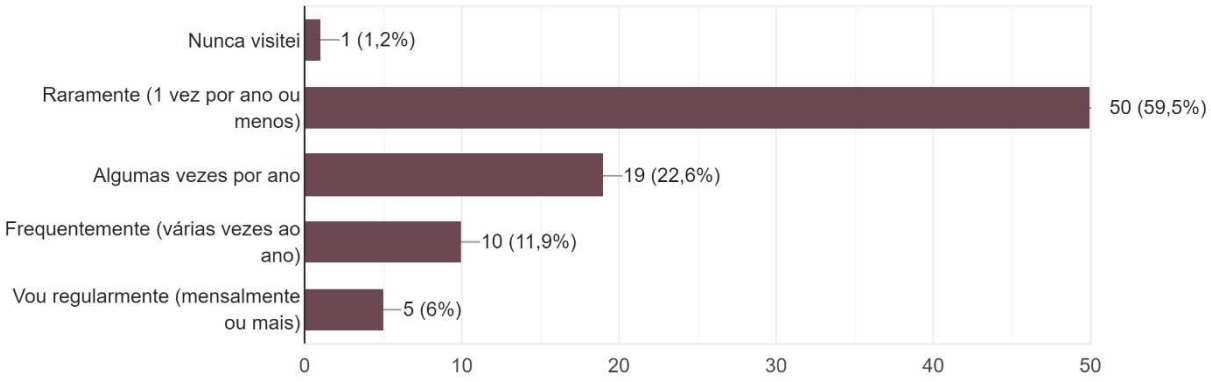
a. Melhoria nas trilhas e acessos
b. Placas de sinalização e orientação
c. Lixeiras e limpeza regular
d. Mirantes ou áreas de contemplação

9. Você acredita que o turismo na Pedra do Pedrão pode trazer benefícios para a cidade?

a. Sim, muitos benefícios
b. Sim, mas precisa ser organizado
c. Poucos benefícios
d. Não traz benefícios

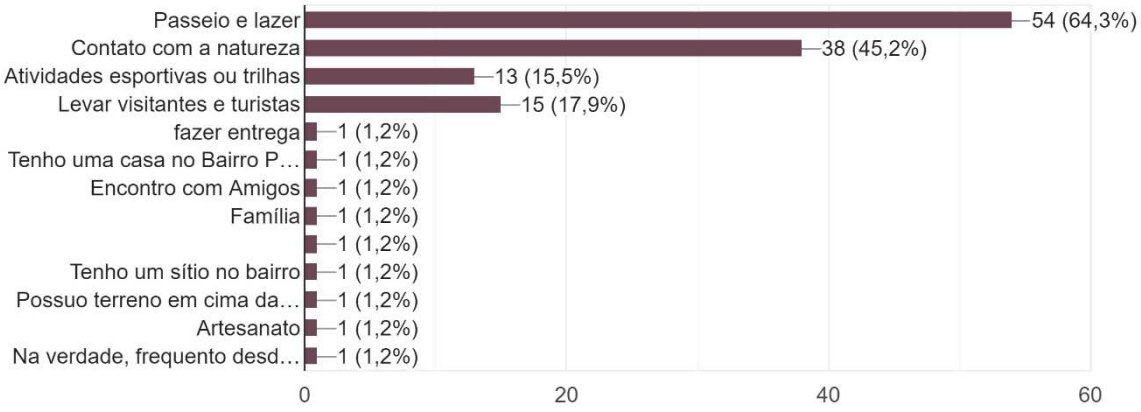
Com que frequência você visita a Pedra do Pedrão?

84 respostas



Qual o principal motivo da sua visita ao local?

84 respostas



Você considera a Pedra do Pedrão importante para o município?

84 respostas

